



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

ANDREIA MARQUES SOLTER DE AZEVEDO

**PORNOGRAFIA INFANTIL E INTERNET: UMA VISÃO
INTERNACIONAL**

Brasília
2010

ANDREIA MARQUES SOLTER DE AZEVEDO

**PORNOGRAFIA INFANTIL E INTERNET: UMA VISÃO
INTERNACIONAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de
Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito
para obtenção de Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito
Penal e Processual Penal Aplicado à Atividade
Profissional

Orientador: Prof. Dr. Luís Wanderley Gazoto

Brasília
2010

ANDREIA MARQUES SOLTER DE AZEVEDO

**PORNOGRAFIA INFANTIL E INTERNET: UMA VISÃO
INTERNACIONAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processual Penal Aplicado à Atividade Profissional

Orientador: Prof. Dr. Luís Wanderley Gazoto

Brasília, 25 de Novembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Paulo Roberto Binicheski

Prof. Geilza Fátima Cavalcanti Diniz

A todas as crianças vítimas de abuso sexual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe e minha irmã, por nunca me terem deixado desistir de meus objetivos e, durante toda minha vida, estimulado a seguir meus interesses; a meus professores, por me terem tratado sempre com carinho e entusiasmo, em especial aos Prof.s Álvaro Castelo Branco, Eneida Taquary e, principalmente, ao Prof. Gilson Ciarallo, pelas rápidas respostas e solicitude, Paulo Binichski, por me sugerir o tema, e a meu orientador, Luís Gazoto, pela paciência, atenção e cooperação; a Catriona e Christy, australiana e americana respectivamente, que me auxiliaram e me escutaram ao longo desta jornada; e ao Superior Tribunal de Justiça, pela oportunidade.

**“Você não acha que os sonhos e a Internet são parecidos?
Ambos são áreas em que a mente consciente reprimida
desabafa.” – *Paprika***

RESUMO

O seguinte trabalho visa a explorar a dinâmica, os conceitos, os problemas e os desafios existentes quanto à pornografia infantil na Internet. Para isso, fez-se uso da metodologia de revisão bibliográfica e pesquisa documental, estudando-se não somente o que se fala sobre o tema, mas também as legislações, tratados e decisões jurídicas a respeito. Buscou-se fazer uma interpretação internacional do problema, justamente devido à transnacionalidade da Internet, objeto de estudo. Considerou-se as legislações do Reino Unido (Inglaterra e País de Gales), Estados Unidos, Canadá, Austrália, Dinamarca, Japão e Brasil para fins deste estudo, assim como tratados internacionais do Conselho Europeu e Organização das Nações Unidas e as tendências e estudos nas áreas da psicologia, medicina, sociologia, ciência da computação e computação forense (estudos de alta tecnologia) e direito e sua interdependência no entendimento do tema. Conclui-se que os países se encontram profundamente engajados na inibição e combate à pornografia infantil e à prática da pedofilia na Internet, existindo diversos estudos, tratados, leis e tecnologias com este fim; entretanto ainda existem desafios e problemas a serem enfrentados, como a questão tecnológica propriamente dita, a viabilidade da censura e a dicotomia entre liberdade de expressão e pornografia infantil no que se refere à modalidade virtual desta última.

Palavras-chave: Pornografia infantil. Pedofilia. Direito Penal. Direito Internacional. Comparativo legislativo. Tecnologia da informação. Internet.

ABSTRACT

The following study aims to explore the dynamics, the concepts, problems and challenges which exist in regard to child pornography on the Internet. For this, the methodology of literature review and documental research has been used, studying not only what is said on the subject, but also the laws, treaties and legal decisions about it, in attempt of an international understanding of the problem, precisely because of the transnationality of the Internet. The laws of the United Kingdom (England and Wales), United States, Canada, Australia, Denmark, Japan and Brazil were considered for the purposes of this study, as well as international treaties of the Council of Europe and of the United Nations and trends and studies in the areas of psychology, medicine, sociology, computer science, computer forensics (high technology) and law as well as their interdependence in understanding the subject. It follows that countries are deeply engaged in the inhibition and combat of child pornography and pedophilia on the Internet, with several studies, treaties, laws and technologies for this purpose; however, there are still challenges and problems to be faced such as the technological issue itself, the viability of censorship and the dichotomy between freedom of expression and pornography in relation to the virtual mode of the latter.

Key words: Child pornography. Pedophilia. Criminal law. International law. Comparative law. Information technology. Internet.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 SOBRE A PEDOFILIA	11
1.1 Panorama histórico	11
1.2 O que é pedofilia?	14
1.3 As vítimas	18
2 INTERNET, PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTIL	22
2.1 Pornografia infantil	24
2.2 Compreendendo o problema	27
2.3 Mundos virtuais e pornografia infantil	31
2.4 Pornografia infantil e tecnologia	33
3 COMPARATIVO LEGISLATIVO	41
3.1 Japão	42
3.2 Dinamarca	45
3.3 Canadá	46
3.3 Austrália	50
3.4 Reino Unido	54
3.5 Estados Unidos	56
3.6 Brasil	58
3.7 Comunidade internacional e iniciativa privada	62
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

Pedofilia não é algo novo; se retornou às vistas da sociedade e, portanto à discussão e até mesmo polêmica, é em grande parte devido à facilidade de acesso à informação e à emergência da consciência social sobre as consequências e riscos de tal conduta.

Nem sempre foi assim; durante séculos, a prática de atividades sexuais com indivíduos pré-púberes ou pubescentes era aceita, ou, se não aceita, tolerada pela sociedade, recebendo até mesmo caráter educacional em determinadas culturas.

A tecnologia moderna e os mesmos meios que trazem este comportamento à vista da sociedade são também utilizados na articulação e expansão das atividades criminosas; inclusive de pedófilos.

Se, por um lado, a tecnologia traz visibilidade aos crimes em questão, por outro lado dá impulso às chamadas redes de pedofilia, permeadas por pornografia infantil, que se tornam verdadeiras organizações criminosas e se expandem em proporções mundiais.

Também é certo que não existem pontos ou momentos definidos de transição entre adolescência, infância e idade adulta; cada indivíduo tem seu próprio ritmo de maturação e crescimento, cabendo à lei definir o que é criança e o que não é. Este argumento inspira diversos movimentos pró-pedofilia, como a North American Man-Boy Love Association (NAMBLA), uma das mais famosas instituições em favor da legalização da pedofilia.

Diante da transnacionalidade do problema – especialmente no que se refere à Internet, que não respeita fronteiras e não possui órgão centralizado de controle de conteúdo¹ – surgem diversos novos desafios para os países e, por consequência, para o direito.

A dificuldade de investigação e da persecução penal de agressores sexuais somente conhecidos por suas postagens digitais, naturalmente de difícil identificação – assim como as próprias barreiras legislativas, culturais e sociais – favorece a prática deste crime. Tornam-se necessárias medidas internacionais na forma de tratados, cooperação entre órgãos policiais e estímulos à uniformização de legislações.

¹ Existem órgãos de controle centralizados, mas estes se limitam a características técnicas, como distribuição de domínios e coordenação tecnológica, inclusive infraestrutura. Entre estes órgãos encontram-se o ICANN, que distribui domínios e números.

Este trabalho dedica-se a explorar os dilemas envolvidos na investigação e, onde aplicável, uniformização de legislação, através de convênios, tratados e outros mecanismos de ação internacional, no que se refere à veiculação de pornografia infantil na Internet.

O primeiro capítulo discorre brevemente sobre a pedofilia, em seus aspectos sociais, históricos, culturais, médicos e psicológicos, assim como as consequências para as vítimas.

O segundo capítulo aborda a questão da pornografia infantil na Internet, apontando os principais desafios encontrados neste meio e sua relação com a pedofilia.

O terceiro capítulo apresenta legislações de diversos países assim como a legislação pátria, de forma a compreender como os diversos países encaram o tema e quais as tendências encontradas em termos de legislação.

Abordamos as legislações dos seguintes países: Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), Dinamarca, Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e, é claro, Brasil. Também neste capítulo serão brevemente estudados os tratados internacionais referentes a abuso sexual de crianças, pornografia infantil e cibercrimes, seguido de conclusão.

1 SOBRE A PEDOFILIA

Pedofilia não é um termo jurídico, mas sim clínico. Juridicamente a pedofilia infere-se do abuso sexual de menores, quer seja diretamente – na forma de toques inapropriados, insinuações, exposição da criança a materiais impróprios, produção de material pornográfico, penetração anal, oral ou vaginal – ou indiretamente – no consumo de material pornográfico produzido com participação de menores.

A pedofilia conforme definida clinicamente não é crime, pois não implica em conduta típica. Phillip Jenkins (2003, p. 28) faz a seguinte comparação: “ser pedófilo não é mais crime do que ser alcoólatra é crime”. A conduta do indivíduo que abusa de crianças e veicula ou coleciona pornografia infantil sim é crime.

Em contrapartida, agressores sexuais de crianças não são necessariamente pedófilos. De fato, a maioria dos ataques registrados não é cometida por pessoas com esta condição psicológica, mas sim em outras circunstâncias que levam à agressão.

1.1 Panorama histórico

Relações sexuais entre adultos e menores existem desde os primórdios da humanidade. O exemplo mais famoso, aquele da prática pederástica² da Grécia antiga, é sempre citado – a relação muitas vezes sexual entre jovens e seus tutores mais velhos, encarada por esta sociedade como um período salutar no desenvolvimento do jovem amante, muitas vezes pré-pubescente ou na pubescência.

Durante séculos, a prática de relações sexuais entre crianças pré-púberes e adultos foi socialmente aceita. Ainda hoje em determinados países o casamento entre crianças abaixo de catorze anos e adultos é permitido a critério dos pais; na maioria das vezes entre meninas pré-adolescentes e homens muito mais velhos.

Até meados de 1880, a idade de consentimento nos Estados Unidos era a de dez anos (JENKINS, 2003). Foi a preocupação com a saúde pública e com a exploração de trabalho

² Pederastia refere-se diretamente à prática grega ou, genericamente, à relação sexual entre um homem mais velho e um mais jovem, não necessariamente pré-pubescente pelos padrões atuais.

infantil, assim como a emergência do feminismo e, por extensão, preocupação com as crianças, que causou a elevação da idade de consentimento nestes países.

A criminalização da pedofilia é um assunto predominantemente cultural, nem sempre embasado em verdades biológicas, posto que as idades definidas legalmente pouco tenham a ver com a progressão do desenvolvimento biológico, que é mutável de indivíduo para indivíduo.

Green (2002) argumenta que a prevalência histórica das relações sexuais entre adultos e crianças indica que a pedofilia não deveria ser classificada como transtorno mental, mas sim como expressão da sexualidade humana³. Green não defende a descriminalização de tais práticas, pois continuam sendo violações dos direitos da criança, apenas a remoção do termo de manuais de transtornos mentais.

Citando Diamond e outras fontes, Green usa exemplos de outras culturas em que o sexo entre adultos e menores é considerado normal e até mesmo salutar, contando com aceitação social completa. Em algumas delas, alienado e ferido em sua honra e dignidade é aquele que *não* mantém relações sexuais com um adulto, tomado como um excluído social⁴.

Estes exemplos são claros enquanto trazem normalidade a uma transgressão – como é vista atualmente – da expressão sexual humana.

O discurso contra a relação sexual entre crianças e adultos começa com a ascensão das religiões judaico-cristãs no cenário social mundial: o sexo é limitado à relação matrimonial com fins de procriação – são estabelecidas as primeiras leis referentes a idade mínima para o casamento (e conseqüentemente sexo) e a repressão ao incesto.

Note-se que, até recentemente, criança era aquele abaixo de doze a catorze anos, a depender da cultura. Já atualmente criança e adolescente são frequentemente considerados conjuntamente e relações sexuais com indivíduos entre catorze e dezoito anos, podem facilmente ser consideradas ilegais, ainda a depender da cultura – uma mesma criança de 17 anos não é considerada capaz de consentir em alguns Estados americanos, enquanto no Japão, onde a idade de consentimento sexual é de 13 anos, ela já o seria.

³ Para fins desta monografia, continuaremos nos referindo a pedofilia como desvio ou transtorno de acordo com a literatura majoritária sobre o tema.

⁴ Exemplos de sociedades desta natureza incluem, historicamente, as sociedades do Havaí e da Polinésia, assim como no Taiti, Ilhas Marquesas e Nova Guiné (GREEN, 2002).

Richard von Krafft-Ebing (1908?), psiquiatra e sexólogo austro-alemão, em sua obra *Psychopathia sexualis*, explora os diversos fenômenos do comportamento sexual humano em um contexto médico-forense, dedicando um capítulo à *violação de indivíduos abaixo de catorze anos*. É a primeira vez em que se utiliza o termo “pedofilia” (definida pelo autor como *pædophilia erotica*, referindo-se à atração sexual exclusiva por menores) tal qual se compreende hoje.

Esta obra traça de maneira singularmente atual a natureza do abuso sexual de pré-púberes, demonstrando a existência de agressores de caráter exclusivo e não exclusivo, que condições alheias (demência, anomalias cerebrais, abuso de substância, etc.) podem originar o desvio que, embora seja mais prevalente em homens, também ocorre em mulheres e que, entre as “perversões sexuais”, não é, de maneira nenhuma, rara.

Segundo Krafft-Ebing, estes indivíduos não devem ser exculpados criminalmente, embora doentes (na concepção do autor), pois têm consciência de seus atos e capacidade de autocontrole⁵.

Entretanto, alega ser o sistema prisional deficiente na contenção destes agressores, sendo preferível a internação em sanatórios. Krafft-Ebing (1908?, p. 560) afirma ter curado um homem de sua pedofilia, mas não explicita como tal cura foi obtida.

Já Auguste Forel (1908, p. 254-255), neuroanatomista suíço, define pedofilia (para o autor, *pederosis*) como um distúrbio mental, mas acreditava ser incurável e de caráter hereditário⁶. Havelock Ellis popularizou o termo, aplicando-o pela primeira vez na língua inglesa.

Profundamente associada à pedofilia é a pornografia infantil, tema deste estudo, que também é encontrada através da história.

⁵ Nas palavras do autor: “Irresponsabilidade não deve, em regra, ser reivindicada nestes casos, pois a experiência ensina que impulsos pedofílicos podem ser dominados, a não ser que um enfraquecimento ou perda total da vontade seja induzido por condições patológicas como *neurasthenia gravis* ou *dementia paralytica*. Um apelo para amenização das circunstâncias, entretanto, pode ser indicado. De qualquer forma, a investigação criminal deve ser sempre feita nos casos de *pædophilia erotica*. A questão de responsabilidade no *concrete facto* depende completamente da compreensão sintética de todas as características do indivíduo envolvido. Hipersexualidade, excesso de bebidas alcoólicas, fraqueza moral, etc., devem ser cuidadosamente considerados, já que frequentemente contrariam a liberdade de ação” (KRAFFT-EBING, [1908], p. 560, tradução nossa).

⁶ Atualmente, considera-se a pedofilia tratável por meio de apoio psicológico e outras medidas extremadas como castração química.

Vasos gregos apresentam imagens de homens idosos acariciando adolescentes, retratando as relações pederásticas existentes à época; a própria figura de Eros, ou Cupido, personificação do amor erótico, é infantil ou adolescente, mas sempre jovem.

Fotografias vitorianas apresentam crianças em posições eróticas, nuas, posando como adultas; a afinidade do autor vitoriano Charles Dodgson, conhecido como Lewis Carroll, por fotografias de crianças nuas levou a acusação de pedofilia por parte de biógrafos modernos, embora não haja evidências concretas neste sentido.

Modernamente, durante o período em que a pornografia infantil não era ilegal, empresas de pornografia adulta na Dinamarca e na Suécia dedicavam parte de suas operações à criação de pornografia infantil. Nesta época, embora consideradas indecentes, não eram consideradas prejudiciais ou criminais. Atualmente no Japão as *junior idols*, menores, se permitem fotografar em poses provocantes e sensuais, o que é perfeitamente legal neste país. Em todo o mundo, adolescentes sentem-se livres para fotografar o próprio corpo nu e publicar na Internet, ou posar diante de webcams, que transmitem a imagem em tempo real para um espectador (ou vários).

Tudo isso demonstra uma tendência sociocultural de apreciação (inclusive sexual) da juventude, que acompanha a humanidade por sua história, e a própria tendência sexual dos jovens.

1.2 O que é pedofilia?

Pedofilia, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 4a edição, texto revisado (DSM-IV-TR na sigla em inglês), é descrita como uma parafilia⁷:

O foco parafilico da pedofilia envolve atividade sexual com criança pré-pubescente (geralmente 13 anos ou menos). O indivíduo pedófilo deve ter 16 anos ou mais e ser pelo menos cinco anos mais velho que a criança. Para indivíduos no fim da adolescência, nenhuma diferença de idade precisa é especificada e juízo clínico deve ser usado; tanto a maturidade sexual da criança quanto a diferença de idade

⁷ Segundo este mesmo manual, parafilias são “caracterizadas por impulsos, fantasias ou comportamentos sexuais, intensos e recorrentes, envolvendo objetos, atividades ou situações incomuns e que causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes de funcionamento” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000, p. 535).

devem ser levadas em consideração. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000, p. 571, tradução nossa)

Caracteriza-se como tal na medida em que é recorrente, ou seja, perdura por seis meses ou mais (idem, p. 566), podendo ser a atração sexual exclusiva ou não exclusiva. É considerada clinicamente significativa quando o pedófilo age sobre estes impulsos ou quando causa significativa sofrimento ou afetação de seu comportamento interpessoal e social (ibidem, p. 571)⁸.

A atração sexual por pré-púberes pode ser consequência de outros fatores, como demência e outras lesões no cérebro (MENDEZ et al., 2000) e tumores (BURNS; SWERDLOW, 2003), como exemplificado em estudos de caso diversos. Resta saber se a emergência da pedofilia realmente ocorreu com a lesão cerebral ou se houve apenas perda de inibição que, de outra maneira, impediria o reconhecimento consciente de tais impulsos.

A condição é mais frequente em homens (80%), mas também ocorre em mulheres^{9,10}. O pedófilo geralmente tem uma faixa etária preferencial, sendo prevalente em mulheres uma preferência por crianças menores e até mesmo infantes.

O comportamento do pedófilo é imprevisível, podendo incluir agressão física, embora na maioria dos casos isso não aconteça. Ataques geralmente não vêm de estranhos, mas sim de pessoas conhecidas, em que a criança confia ou tem motivos para confiar, como vizinhos, professores, parentes e líderes religiosos¹¹.

⁸ Green (2002) aponta que a definição dada pela American Psychiatric Association é falha por ser contraditória: o pedófilo que não age ou que não é afetado por sua condição não seria pedófilo, mesmo que tenha fixação por crianças. Blanchard (2009) informa que “os critérios estabelecidos pelo DSM para o diagnóstico de pedofilia tem sido repetidamente criticados como insuficientes lógica ou conceitualmente”. Para fins desta monografia, aceitar-se-á a definição dada no DSM-IV-TR, indicando-se opiniões em contrário quando necessário.

⁹ A literatura informa que o número de pedófilas pode ser pequeno devido à falta de denúncias de abuso sexual praticado por mulheres. De acordo com Hall e Hall (2007): “Uma razão pela qual os atos de pedofilia cometidos por mulheres são menos reportados é que muitos atos não são reconhecidos, pois ocorrem durante o curso de cuidados regulares, como no ato de banhar e vestir as crianças. Outra razão é que quando as mulheres adultas se envolvem em atos sexuais com adolescentes do sexo masculino, os outros não veem essa atividade como um abuso, mas sim um feliz rito de passagem”.

¹⁰ Um caso famoso é o de Mary Kay Letourneau, responsável por abusar sexualmente de um estudante de 12 anos, Vili Fualaau. Mary Kay foi presa em 1997 por estupro presumido, recebendo uma sentença de seis meses seguida de três anos de tratamento, muito inferior à sentença que um homem receberia por crime equivalente. Após o término de sua sentença, foi presa em flagrante ao ser encontrada fazendo sexo com Fualaau e condenada a sete anos e meio de prisão. Mary Kay teve duas filhas com Fualaau, ambas nascidas na prisão, e casou-se com ele em 2005.

¹¹ Como exemplificada pelo atual escândalo do clero católico, sendo vários padres acusados de abuso sexual contra menores. Na Bélgica, a atual investigação sobre crimes sexuais cometidos por padres leva a crer que nenhuma igreja no país escapou. Foram encontrados mais de quatrocentos casos, cometidos em um espaço de cinquenta anos, contando mais de cem vítimas.

O rapto de crianças e o tráfico internacional de crianças são mais comuns em países menos industrializados; organizações criminosas provêem o mercado de pornografia infantil com crianças sequestradas ou até mesmo compradas de seus pais. Também nestes países, há uma certa prevalência do turismo sexual, inspirado pela prostituição infanto-juvenil, que atrai pessoas de diversos países para locais onde a impunidade e a repressão social e legal é menor.

O desejo sexual do pedófilo pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual. Embora a maioria dos ataques seja contra meninas, meninos também são vitimados. Do total de ataques, 73% são contra meninas (SANDERSON, 2005 apud TRINDADE; BREIER, 2010).

A disparidade de proporção pode ser explanada em parte pela hesitação por parte das vítimas do sexo masculino em denunciarem seus atacantes, relacionada com fatores socioculturais e a percepção individual de gênero das vítimas, que não denunciam seus agressores devido ao medo de serem consideradas fracas, incapazes de se defenderem e portanto, menos masculinas (TRINDADE; BREIER, 2010). Estima-se que existam muito mais casos de abuso do que são denunciados.

A atração por pré-púberes pode ser exclusiva ou não exclusiva, sendo esta última mais frequente. É extremamente importante lembrar que nem todos os casos de abuso sexual de pré-púberes implica em pedofilia; a maioria dos casos corresponde a fatos isolados, não envolvendo fixação sexual em menores, aumentando a controvérsia sobre o uso de métodos mais drásticos de prevenção.

Landini (2005) aponta possíveis fatores que levariam adultos não-pedófilos a procurar ter relações sexuais com crianças:

Lucros provenientes da comercialização de pornografia infantil e tráfico de crianças para fins de exploração sexual;

Conveniência, em que a criança seria mais vulnerável a um eventual abuso sexual;

Mitos relacionados ao poder curativo de relações sexuais com crianças¹²;

Prostituição infantil seria mais barata que adulta.

¹² Esta crença é particularmente prevalente em países africanos onde a incidência da AIDS é extremamente alta. Acredita-se que relações sexuais com virgens curariam a AIDS, o que leva a uma procura por virgens cada vez mais jovens – chegando ao extremo de agressões contra infantes.

Há indícios de que a proporção de indivíduos que sentem atração sexual por crianças é maior do que se tem notícia. Estudo realizado por Briere e Muntz (1989) indica que, em uma amostragem não-forense, 21% dos entrevistados apresentavam algum tipo de atração sexual por crianças, sendo que 7% acreditavam ser capazes de fazer sexo com uma criança se não houvesse risco de detecção. Green (2002) acredita ser esta prevalência um forte argumento para a não inclusão da pedofilia como distúrbio mental.

Por ser um tema rodeado de forte tabus sociais, é possível que este número seja ainda maior, pois aqueles que sentem tal atração hesitam em declarar-se, temendo repressão legal e social.

Jenkins (2003) argumenta que assim como não há limite claro de transição entre a puberdade e a infância a ‘pedofilia’ deveria ser considerada um *continuum*, não como algo que atinge apenas algumas pessoas.

Embora enquanto sociedade possamos sentir certa repulsa por indivíduos que agredem crianças pequenas, o grau desta repulsa é inversamente proporcional à idade, na medida em que a criança se aproxima ou ultrapassa a idade puberal: o mesmo tratamento não é dado se a vítima tem catorze ou quatro anos, embora estejam legalmente na mesma situação.

Por ser um fator psicológico relacionado com a fixação sexual, a pedofilia, como clinicamente descrita, não é facilmente tratável na maioria dos casos, persistindo a vida inteira.

Isso causa uma taxa de recidivismo acima do normal, tornando necessárias medidas mais extremas de contenção e prevenção, medidas que encontram polêmicas de cunho ético e jurídico, como a castração química ou até mesmo física.

Pedófilos dificilmente buscam ajuda, pois, na maioria das vezes, não entendem seu comportamento como nocivo ou errado (). Um dos fatores motivadores em redes de pedofilia é que, tendo contato com outros de interesse similar, estas pessoas reforçam seus próprios desejos, na medida em que percebem não estarem sozinhas, nem serem únicas, encontrando validação social.

Além, tais redes facilitam a troca de materiais pornográficos, algumas vezes culminando até mesmo em troca ou compartilhamento de vítimas. A própria pornografia infantil pode levar o pedófilo a reforçar a aceitação de seus desejos, na medida em que vê terceiros realizando seus próprios anseios com crianças.

A criação, publicação e posse de pornografia infantil é crime em diversos países, incluindo o Brasil. Seto, Cantor e Blanchard (2006) apontam que a posse de pornografia infantil pode ser um indicativo concreto de pedofilia, mais ainda que o abuso sexual propriamente dito, posto que indique tendência a fantasias relacionadas a crianças, enquanto a agressão pode ser meramente circunstancial.

Embora não se possa saber até que ponto a pornografia infantil afeta ou inspira o abuso sexual, e embora não haja nenhuma prova científica concreta sobre a relação entre ambos, há certa correlação entre pedófilos que abusam sexualmente de crianças e a posse de pornografia infantil, de acordo com estudos realizados em populações carcerárias.

Não raro, pedófilos que cometem abuso sexual justificam seu comportamento sob a ótica de “brincadeiras” de potencial educativo, estimulando e auxiliando o desenvolvimento sexual do pré-púbere, vestindo seu comportamento de caráter positivo. Este argumento é usado por organizações pró-pedofilia, que argumentam que leis contra relações sexuais entre adultos e crianças são uma forma de violação dos direitos sexuais destas, assim como a criminalização da pornografia infantil como violação de sua liberdade de expressão.

Aqui também a pornografia infantil tem sua parte, na medida em que o agressor sexual faz uso desta para estimular a criança sexualmente e ‘provar’ que o que deseja não é errado, já que outras crianças o fazem.

Mas a psicologia moderna indica o contrário, apontando o abuso por adultos como sendo extremamente nocivo ao seu desenvolvimento sexual: para a criança pré-pubescente, a sexualidade é relacionada com a descoberta do corpo e a autoerotização (ANGELIDES, 2003).

1.3 As vítimas

Estima-se que a maioria das vítimas de ataques extrafamiliares sejam crianças de lares instáveis, já sofra abusos de outra natureza ou negligência de seus pais. A criança isolada de seus familiares confia mais facilmente em outros adultos que ofereçam apoio e amizade, buscando neles a afeição e carinho que não encontra em seus familiares.

No caso de prostituição infantil, é a baixa renda dos pais e a necessidade econômica que leva meninos e meninas a se prostituírem, não raro com o conhecimento e aval dos pais (quando estes não são os próprios exploradores dos filhos).

Já nos casos em que o pedófilo seduz sua vítima é mais comum serem vitimadas as crianças frágeis e inocentes. Ao contrário do que se imagina não são as crianças sexualizadas que são procuradas por pedófilos nestes casos, mas sim aquelas que realmente se comportam como crianças, que ilustram a inocência e imaturidade características da infância que o pedófilo deseja (TRINDADE; BREIER, 2010).

Estas são vítimas fáceis e desejáveis, facilmente envolvidas em amizade e amor por parte do pedófilo, amor este do qual a criança encontra-se privada. A falta de uma rede de apoio familiar leva ao silêncio da vítima, que fará de tudo para proteger aquele que considera seu amigo e protetor.

Muitas vezes a criança não é agredida fisicamente – ela concorda com seu agressor e dá seu consentimento, quer por dinheiro, quer por amizade, quer por amor a seu agressor.

Já em outras situações, a agressão parte da própria família, na forma de pais, padrastos, tios – ou tias, madrastas, mães – primos e primas, avôs. Não raro, a criança que denuncia seu agressor encontra dúvida e desconfiança, suas alegações descartadas como devaneios e invenções.

Quando o silêncio falha, muitos pedófilos iniciam ameaças – contra a criança, contra a família desta. A criança é envolvida em uma situação em que não encontra solução, da qual não consegue escapar e assim, o pedófilo compra o silêncio de sua vítima e seu consentimento.

As consequências para a vítima de abuso são diversificadas – e podem ser devastadoras.

Finkelhor e Browne (1985) descrevem quatro fatores traumatogênicos – traição, impotência, estigmatização e sexualização traumática – aplicáveis em outras situações de abuso, fatores que afetam a autoimagem da criança e seu desenvolvimento psicológico natural.

Sexualização traumática acontece quando a criança tem sua sexualidade formada de forma dissonante do nível de desenvolvimento natural para sua idade. Pode acontecer quando o agressor usa favores, presentes e afeição, como moeda de barganha para conseguir sexo; a

criança aprende a usar comportamento sexual para satisfazer as necessidades próprias de sua idade. Também ocorre quando a criança associa memórias sombrias e distorcidas à atividade sexual.

No mesmo raciocínio, o agressor que evoca a participação de sua vítima, que exige seu consentimento voluntário, pode causar traumas mais profundos – sexualizar sua vítima – mais que o agressor que apenas faz uso da criança para satisfazer sua lascívia ou que aquele que a violenta, embora estes também causem danos psicológicos profundos, de outras naturezas.

Também a idade e o nível de desenvolvimento afetam a sexualização da criança, sendo aquelas mais conscientes mais vulneráveis a distorções posteriores. A criança apresenta confusões e equívocos sobre seu autoconceito sexual e forma vínculos emocionais inapropriados relativos a atividade sexual.

As consequências da sexualização traumática variam desde aversão ao sexo e negativização do corpo a comportamentos sexuais compulsivos e em alguns casos um aumento na probabilidade de cometer agressão sexual futuramente, inclusive contra outras crianças ou contra os próprios filhos¹³.

A traição aparece quando uma pessoa em que a criança depende e confia causa-lhe dano. Esta dinâmica pode estar presente não somente para com o agressor, mas também em relação a familiares e outras pessoas em que a criança confiou seu segredo mas que não acreditou nela, nem a protegeu. Naturalmente é mais comum e intenso em casos intrafamiliares.

O senso de traição posteriormente poderá causar dificuldade em estabelecer vínculos com terceiros (já que a criança aprende que não pode confiar naqueles que a deviam proteger) e desilusão – ou, em contrapartida, dependência excessiva que pode levar a criança, já adulta, a entrar (e permanecer) em relacionamentos igualmente abusivos e destrutivos. Isolamento, dificuldade em manter um relacionamento estável, agressividade e hostilidade também podem ser consequências da traição.

A impotência, por outro lado, é consequência da coação que a criança pode sofrer quando seu agressor invade sua intimidade contra sua vontade, quando a coage e a ameaça para comprar seu silêncio e anuência. Como já mencionado, a criança é envolvida em uma

¹³ Entretanto, não se deve assumir como verdade que todo pedófilo foi abusado sexualmente. Embora haja certa correlação, não há vínculo de causalidade concreto.

situação em que não vê solução e, portanto, torna-se ainda mais impotente e vulnerável. Esta vulnerabilidade pode gerar um forte desejo de dominância – levando à agressividade, delinquência e violência futuras.

Já a estigmatização acontece quando a criança é envolvida em sentimentos de vergonha pelo que ocorreu, mais frequente quando o agressor culpa e humilha a vítima, transferindo a responsabilidade para ela ou sugerindo que é seu próprio comportamento que a levou a ser abusada. O isolamento gerado pela estigmatização pode levar a futuro abuso de substância, marginalização social e até mesmo ao suicídio.

Atualmente, a maior familiaridade com a tecnologia que as crianças trazem implica em uma série de desafios e “pontos fracos” na proteção e identificação e destas vítimas – mas da mesma maneira, a tecnologia que facilita a ação de pedófilos também ajuda no combate à prática.

2 INTERNET, PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTIL

Não há como saber se a pedofilia é um fenômeno em ascensão, declínio, ou se as taxas permanecem iguais, pois não é possível saber com certeza a incidência de tal desvio atual ou historicamente.

O crime de pornografia infantil não é a única prática pedófila facilitada pela Internet. Há o turismo sexual, em que determinados países vendem – através de sites – “pacotes turísticos” que incluem prostituição de menores como atrativo. É particularmente popular em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (inclusive o Brasil) e notavelmente comum na Indonésia e Tailândia.

Há os casos em que pedófilos seduzem crianças e pré-adolescentes, através de ferramentas sociais como o Facebook e MySpace, *chatrooms* e mensagens instantâneas, com conversas eróticas, tentando induzir a criança à exibição através de *webcams* e mesmo marcando encontros “físicos”. Estes casos receberam grande atenção jurídica e social quando da emergência de redes de relacionamento, tendo como resposta uma série de ações governamentais e não governamentais¹⁴.

Esta modalidade criminal, conhecida como *cyberstalking* no exterior, ganhou visibilidade com a ascensão das redes sociais, rapidamente popularizadas entre os menores, e sobre as quais os pais têm pouco ou nenhum conhecimento.

Todas estas modalidades são variantes de crimes já regularmente praticados no “mundo real”, fazendo uso de novas tecnologias de forma a abrir novos horizontes para a prática criminal. Entre elas, a pornografia infantil, foco deste estudo, é uma das mais difíceis de combater.

Landini (2004) acredita que esta prática teve seu público-alvo aumentado com a popularização da Internet. Utiliza argumentos sociológicos para indicar que enquanto a pornografia infantil em meio físico era compartilhada apenas por um grupo seleto de pedófilos em ambientes e clubes privados, a emergência da Internet possibilitou a terceiros

¹⁴ Incluindo, mas não limitado, à criação de grupos de adultos posando como crianças e pré-adolescentes de forma a atrair pedófilos. Quando este marca encontro com a suposta criança, encontra a polícia a sua espera. Esta técnica é usada tanto pais e ONGs como por policiais.

participar de forma simples, fácil e possivelmente gratuita de tais grupos e compartilhar suas próprias informações, dados e anseios que de outra forma não compartilhariam.

Jenkins (2003) comenta que a alta disponibilidade e visibilidade de materiais podem despertar impulsos sexuais em pessoas que de outra forma nunca saberiam que o possuíam. Citando mensagens postadas em um *newsgroup* de pornografia infantil, menciona um caso em que uma pessoa (não identificada) só descobriu suas tendências pedófilas após encontrar de material desta natureza por acaso.

Embora a pornografia infantil tenha sempre existido, pode ter sido popularizada nos anos 60 com a liberação sexual, a descriminalização da pornografia em geral e o relaxamento dos conceitos de obscenidade e indecência: a prática de pornografia infantil poderia ser considerada indecente, mas não ilegal, e veio a ser criminalizada somente na década de 70, nunca tendo o sido antes, encontrando estímulo e crescimento na década de 90 e seguintes, com a disseminação da Internet.

A autora argumenta que as forças operantes sobre o processo de civilização da sociedade levam simultaneamente à privatização¹⁵ da sexualidade e ao combate da violência sexual, mas também implica, de certa maneira, na banalização do tema, na medida em que as fronteiras se dissolvem – quando pornografia infantil é apresentada lado a lado com a pornografia adulta, quando pode ser obtida casual e acidentalmente, quando a sexualidade adolescente é explorada na mídia e na realidade, dissolvem-se as barreiras sociais e o que é crime torna-se comum, entrando no consciente coletivo.

Isso acontece, segundo a autora, porque a Internet, embora seja um ambiente público, ainda é psicologicamente considerado privado. Atos comumente considerados privados, como a visualização da pornografia e exploração da sexualidade, podem ser praticados na Internet como se ainda o fossem, mesmo sendo esta última um foro público (LANDINI, 2004). A Internet faz com que as pessoas sintam-se mais livres para comunicar seus desejos e anseios e explorá-los de forma mais livre, sem as pressões e inibições sociais implícitas no contato pessoal, como postura corporal, aparência, etc.

Jenkins (2003) confirma esta perspectiva, mencionando as diversas práticas que, embora legais, são muito pouco distintas da pornografia infantil enquanto considerada pornografia envolvendo aqueles considerados legalmente menores. É o *barely legal*,

¹⁵ Ou seja, a sexualidade torna-se um assunto privado, a ser discutido e exercido no âmbito privado. Nem sempre foi assim: historicamente, a sexualidade passou por períodos em que poderia ser exercida em público, com o aval social (LANDINI, 2004).

pornografia envolvendo meninos e meninas (geralmente meninas) ligeiramente acima da legalidade (daí o nome), geralmente pouco acima de dezoito anos para os estados americanos.

Embora perfeitamente legais, o autor pergunta se não seriam, de certa forma, um estímulo à pornografia infantil ou até mesmo se este conceito, em alguns casos, não seria absurdo: para uma menina de 17 anos e 11 meses seria pornografia infantil, enquanto uma de 18 anos completos, não, mesmo a diferença sendo de apenas um mês entre ambas.

Neste sentido, uma pessoa visualizando pornografia supostamente adulta poderia ver pornografia legalmente considerada infantil sem sequer perceber, dada a elevada idade de consentimento em alguns lugares e a impossível distinção tão fina entre o que é legal e o que não é, problema agravado quando se leva em consideração o número de países e jurisdições envolvidas.

Entretanto, Jenkins contradiz Landini quando menciona que dificilmente pornografia infantil, em sua forma mais socialmente reprovável (com crianças de pouca idade, geralmente consideradas abaixo de 14 anos), será encontrada facilmente em uma busca de Internet trivial. O que se encontra são simulações de menoridade, geralmente mulheres adultas posando como crianças (JENKINS, 2003).

A pornografia envolvendo pré-púberes geralmente é protegida por membros de grupos específicos, oculta atrás de senhas e outros métodos de segurança. Este assunto será abordado mais adiante.

2.1 Pornografia infantil

A pervasividade da Internet, que atualmente pode ser acessada de quase qualquer lugar, a qualquer momento, principalmente em países desenvolvidos e em desenvolvimento, torna fatores de jurisdição e investigações mais complexos. Por outro lado, a própria falta de definição sobre o que consiste o problema torna difícil o seu combate.

A multiculturalidade da Internet favorece isso. Nas palavras de Taylor, Quayle e Holland (2001, p. 95, tradução nossa):

A maioria de nós concordaria que pornografia infantil constitui imagens sexualizadas que envolvem crianças. Contudo, o que precisamente se entende por 'sexualizada' pode variar dependendo se uma definição legal ou a perspectiva mais subjetiva do adulto com interesse sexual em crianças é usada. [...] Este é um

problema principalmente em relação à Internet, onde as variações culturais e legais dificultam a definição de ‘pornografia’ em uma escala global.

Assim, tem-se o primeiro obstáculo na definição do que realmente é pornografia e, subsequentemente, o que constitui pornografia infantil. Muitos pedófilos encontram satisfação sexual em imagens relativamente inocentes de crianças, o que leva a consideração se até mesmo estas imagens seriam pornográficas e até que ponto a simples nudez é considerada pornografia.

Para fins legais, a maioria dos países considera pornografia infantil qualquer imagem ou vídeo que apresente menor, a depender da legislação aplicada, em situações sexuais ou de sexualidade implícita – por exemplo, nudez com ênfase na genitália e/ou ânus, poses erotizadas ou, mais claramente, situações de sexo explícito.

Alguns países expandem esta definição para incluir imagens de outra forma não pornográficas em um contexto que implique em sua sexualização – por exemplo, em um site de pedofilia, mesmo que não contenha conteúdo pornográfico individualmente.

Já outros debatem se imagens que são apenas *representações* de crianças (desenhos, pinturas, imagens 3D, animações, texto) e não crianças reais configurariam pornografia infantil. A este tipo de material denomina-se *pornografia infantil virtual*.

No Brasil, o crime de pornografia infantil é estabelecido nos artigos 241, 241-A e 241-B (respectivamente, grosso modo, produzir e possuir pornografia infantil) do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em paralelo, há o Art. 234 do Código Penal, que criminaliza a comercialização, produção e/ou exposição ao público de objetos obscenos, incluindo imagens, fotografias, sons, desenhos e pinturas. Assim poder-se-ia dizer que a pornografia virtual é criminalizada no Brasil.

Feliciano (2001) argumenta que o Art. 234 do Código Penal refere-se ao grau de obscenidade, que varia de acordo com a moralidade vigente e o nível de tolerância aceito à época. Assim como há períodos (ex., Carnaval) em que a nudez é, se não aceita, tolerada, da mesma forma o conceito de obsceno e não obsceno altera-se conforma a sociedade muda suas perspectivas sobre o que é moral e o que não é.

Para este autor, a pornografia infantil seria ainda considerada obscena e fortemente contra a moralidade social normal, aceita pelo homem médio, configurando a essência deste

criminalize a pornografia virtual, aqueles artigos equivalentes no Estatuto da Criança e do Adolescente não o fazem expressamente.

Já as Nações Unidas, no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, protocolo este assinado pelo Brasil e integrado ao ordenamento jurídico nacional através do Decreto 5.007 de 8 de Março de 2004, define a expressão ‘pornografia infantil’, em seu Art. 2º, alínea ‘c’, como sendo “qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais” (ONU, 2000).

Alguns países signatários abriram exceção para esta definição. É o caso da Dinamarca e da Suécia, que, em declaração apresentada à ONU, interpretam o termo ‘qualquer representação’ como sendo ‘qualquer interpretação visual’. A Dinamarca também excepciona pornografia realizada com o consentimento de indivíduo com quinze anos completos.

O projeto COPINE (*Combating Paedophile Information Networks in Europe*) lançado em 1997, na Universidade de Cork, Irlanda, cataloga imagens de conteúdo pornográfico ou que tenham conotações pedófilas, mesmo que não se encontrem sob a definição legal de pornografia.

O objetivo é identificar as crianças vitimadas e principalmente o surgimento de novas vítimas. O sistema rastreia mais de 60 *newsgroups*¹⁶ reconhecidamente fontes de pornografia infantil.

Em 2001 este projeto contava com mais de 80.000 imagens individuais e mais de 400 filmes, variando de imagens inócuas, até imagens envolvendo sadismo e bestialidade (TAYLOR; QUAYLE; HOLLAND, 2001).

A tecnologia moderna facilita não apenas o consumo, mas também a produção de imagens, na medida em que fotografias digitais e vídeos de *webcam* podem ser transmitidos em tempo real, sem processamento comercial, favorecendo a privacidade e anonimato.

¹⁶ Newsgroups - repositórios em que usuários postam mensagens diversas, de diversas localidades, geralmente sobre um mesmo tema. Podem ser lidos através de *softwares* de leitura próprios. Similar a *discussion groups* ou fóruns online

Atualmente, celulares com capacidade de vídeo e acesso à Internet, especialmente a convergência de terceira geração (3G), permite que se filme ou fotografe e publique dados rapidamente, quando não em tempo real, sem deixar rastros (MUIR, 2005).

Enquanto no passado o material proibido necessitava de intervenção profissional (revelação em lojas especializadas, por exemplo) e transmissão física (por Correio, por exemplo), hoje um indivíduo pode produzir pornografia infantil de qualquer lugar, sem que terceiros jamais saibam o que aconteceu.

Além disso, a eventual prisão do criador de um determinado material não faz o material criado desaparecer, nem leva a outros suspeitos, embora isso possa acontecer algumas vezes. Ao contrário do que acontece com outros crimes, os integrantes de redes de pornografia infantil dificilmente conhecem uns aos outros, protegidos por pseudônimos e o anonimato conferido pela Internet.

Há indícios de que pedófilos não somente veem material pornográfico, mas o colecionam quase compulsivamente (revistas, livros, fotografias, filmes, digitais ou não); assim, podem pertencer a mais de um grupo ou clube de pornografia infantil, motivados pela busca contínua de novos materiais.

A prisão do integrante de um clube, portanto, pode levar à identificação da existência de outros clubes (KRONE, 2005). Mas, como encontrar estas pessoas, e o que fazer com elas?

2.2 Compreendendo o problema

Não há nada de particularmente novo no que se refere aos crimes digitais ou cibercrimes; os mesmos princípios gerais do Direito (e consequentemente, do Direito Penal) se aplicam aos crimes digitais que, na grande maioria, são apenas extensão da maneira de praticar crimes passíveis de cometimento sem uso de meios informáticos, como estelionatos, fraudes e, é claro, veiculação de pornografia infantil. Assim, o computador ou outro sistema de informação comparável (ex., telefone celular) é apenas instrumento do crime (FELICIANO, 2001).

Em contrapartida, a Internet torna mais simples a prática de determinados crimes e influencia principalmente nas maneiras de controle e coerção de outros, como é o caso da

De acordo com Jenkins (2003), citando o caso das políticas norte-americanas, dificilmente se investiga pessoas por pornografia infantil. Na maioria das vezes, segundo o autor, quando tais casos vêm a público, o que acontece é que as imagens são reconhecidas quando o pedófilo faz uso de computadores públicos ou leva a máquina para reparos por terceiros ou quando já há investigação sobre outro crime (como homicídio ou abuso sexual de menor), sendo o material pornográfico descoberto por acaso.

Para o autor, também crítica é a maneira de encarar o problema. Ao contrário de crimes como tráfico de drogas e terrorismo, pornografia infantil é um crime descentralizado em sua grande parte, não havendo hierarquia nem linha de comando. Exceções, como já dito, existem na forma de clubes altamente organizados e protegidos.

Se podemos declarar “guerra ao crime”, a pornografia infantil seria equivalente a guerrilha, contra um inimigo pouco articulado, em que as partes envolvidas não se conhecem, nem tem como se identificar, a não ser por nomes falsos, mas que podem comunicar-se com facilidade e agilidade ainda maior que organizações criminosas ‘normais’.

Mas, em contrapartida, há, sim, investigações contra a pornografia infantil. Uma das principais operações internacionais contra a pornografia infantil, a Operação Catedral, responsável por desbaratar a rede W0nderland¹⁷, também conhecido como Clube Wonderland, possivelmente somente foi eficiente devido à alta organização e hierarquização de seus membros. É diferente de casos de *newsgroups*, fóruns ou *message boards*, em que os integrantes dificilmente se conhecem além de um pseudônimo.

Embora muito se fale sobre pornografia infantil, pouco se sabe sobre ela. Este interesse vem crescendo recentemente, conforme a compreensão e visibilidade do problema aumentam. Entretanto, o foco principal de estudos ainda se encontra no abuso sexual de menores, no turismo sexual e na prostituição infantil.

Jenkins menciona a dificuldade de se realizar estudos a respeito do tema devido ao forte estigma que este traz: a mera visualização de pornografia infantil constitui crime e muitas vezes o sistema judicial não diferencia se uma pessoa o viu intencionalmente ou com propósitos científicos. Assim, não se sabe muito sobre a subcultura da pornografia infantil, sobre seus membros, seus métodos, sua psicologia e motivações.

¹⁷ W0nderland, escrito com ‘0’, é o nome adotado na Internet por este grupo; a redação “correta”, Wonderland, é utilizada por alguns autores. Não deve ser confundido com a ilha Wonderland do mundo virtual *Second Life*, que não tem relação com o W0nderland.

No Brasil, a lei excetua a visualização de pornografia infantil com o propósito de alertar as autoridades (Art. 241-A, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Devido ao risco e crescente visibilidade social, dificilmente materiais pornográficos envolvendo crianças serão facilmente localizáveis. Ao contrário, clubes dedicados à pornografia infantil são eficientes em proteger a si mesmos e aos dados de compartilham, de forma a evadir-se de uma potencial persecução penal.

É o caso do W0nderland, descoberto em Abril de 1998. Os participantes usavam técnicas de criptografia usadas pela KGB soviética para ocultar seus dados (GRAHAM, 2000). A Operação Catedral, contando com a participação de catorze países, conseguiu desestruturar o grupo de forma decisiva em Setembro de 1998.

Sediado nos Estados Unidos, este grupo contava com mais de duzentos membros em pelo menos trinta e três países, tecnologia moderna, anonimato obrigatório e adesão limitada. Novos membros necessitavam um patrocinador, ou seja, uma recomendação de alguém já pertencente ao grupo. Também deveria possuir mais de 10.000 imagens pornográficas únicas e ser aprovado por um comitê.

O grupo veio à tona quando da prisão de dois integrantes de um grupo californiano de pornografia infantil, o Orchid Club. Estes membros levaram a informação de outra pessoa, localizada em West Sussex, Inglaterra, que seria integrante do clube. A apreensão do computador deste último levou à descoberta da existência do W0nderland.

Tentativas de quebrar a criptografia usada e acessar os dados contidos no *site* foram infrutíferas. Ao contrário, foram técnicas de investigação tradicionais que levaram à descoberta dos integrantes do W0nderland Club, através de grampos, monitoramento e rastreamento de pseudônimos através de servidores e provedores de Internet¹⁸ e participação infiltrada em *chatrooms* de pornografia infantil com o objetivo de atrair a atenção dos membros e descobrir suas identidades.

Uma operação coordenada e simultânea em diferentes países foi executada. O objetivo era manter o elemento de surpresa, evitando que os membros tivessem aviso prévio e apagassem as evidências (GRAHAM, 2000). A operação, coordenada em 2 de Setembro de 1998, foi responsável pela prisão de 107 suspeitos na Europa, Austrália e Estados Unidos, sendo que o clube contava com aproximadamente 180 membros (KRONE, 2005).

¹⁸ Provedor de Internet – empresa que fornece o serviço de acesso à Internet, através de assinatura, por cabo, telefone, rede sem fio, etc.

O material apreendido demonstrava o abuso sexual de 1.236 crianças em 750.000 imagens e 1.800 vídeos. O clube W0nderland, excepcionalmente, era extremamente organizado, tendo uma hierarquia rígida, com diretor-geral, secretários e subsecretários (TRINDADE; BREIER, 2010).

A organização internacional ECPAT, sediada na Tailândia, em estudo produzido para as Nações Unidas, aponta que se subestima a relevância dos crimes de pornografia infantil. Relata que este crime é geralmente tratado como secundário e muito menos relevante que o abuso sexual propriamente dito e a prostituição infantil. Muitos pais sentem-se aliviados ao saber que seus filhos e filhas foram apenas fotografados (MUIR, 2005).

Lanning e Bryant (1989), entretanto, acreditavam ser a pornografia infantil talvez mais perniciosa que o abuso puro e simples; estes autores argumentam que embora uma criança possa reprimir as memórias do abuso, o material pornográfico existe e continua existindo na consciência e na memória da vítima.

Este relatório aponta que a exposição de crianças à pornografia infantil ou adulta serve um propósito específico para pedófilos, fazendo com que a criança sinta que estes comportamentos são normais e aceitáveis. Servem, assim, para dessensibilizar vítimas em potencial, de forma a facilitar o abuso consequente.

A pornografia infantil vai além da busca de satisfação pessoal para o pedófilo; também é usada para aliciar e seduzir novas vítimas. Uma criança hesitante pode ser convencida a participar em atividades sexuais ao ver imagens de outras crianças fazendo tal coisa e aceitando o comportamento sexualizado como normal. O pedófilo convence sua vítima que o comportamento desejado é normal, salutar, até mesmo divertido (LANNING; BURGESS, 1989).

Em outros casos, redes de pornografia infantil estimulam o tráfico internacional de crianças com propósito de exploração sexual. Tais redes empregam pessoas que observam e identificam crianças de determinadas características, as sequestram e levam para locais distantes de suas casas, de forma a diminuir a chance de descoberta.

Neste sentido, os efeitos e o interesse na pornografia infantil, estimulada e impulsionada pela Internet, são multifacetados.

2.3 Mundos virtuais e pornografia infantil

Outra situação a ser explorada é a divulgação de pornografia infantil em mundos virtuais.

Com o desenvolvimento da Internet de alta velocidade e o aumento da conectividade, surge uma nova maneira de interação entre pessoas: a criação de mundos virtuais, que persistem mesmo quando o usuário não se encontra presente.

Estes mundos constituem ambientes virtuais, criados com tecnologia bi- ou tridimensional, ou até mesmo simplesmente baseados em texto, que traduzem uma forma de realidade fictícia paralela, em que usuários podem interagir livremente.

Estes mundos podem ser orientados a um objetivo (como um jogo de computador, ex. *World of Warcraft* e *Anarchy Online*, entre outros) ou não (ex., *Second Life*) (ANGELUCI; SANTOS, 2007).

A questão aparece em mundos que não tem objetivos fixos e que, por sua própria natureza, são moldados por seus usuários. No mundo *Second Life*, usuários podem comerciar territórios, construir casas, vender e comprar roupas e objetos diversos, interagir entre si por som e texto, casar, ter filhos, receber educação, participar de negócios e abrir empresas virtuais (principalmente comércio), participar de jogos e sociedades, entre outras funcionalidades.

Geralmente, funções avançadas como a criação de conteúdo são permitidas a partir de pagamentos mensais, que dão ao usuário uma série de benefícios, incluindo um salário mensal de L\$1.000, dinheiro que pode ser usado no mundo virtual. *Linden dollars*, a moeda do mundo virtual, pode ser comprada com dinheiro real. Assim, a economia virtual entrelaça-se com a economia real, podendo gerar lucros e prejuízos, em um local paralelo alheio às legislações e jurisdições vigentes.

Indivíduos no mundo virtual são representados por ‘avatares’, ou representações digitais que podem ou não corresponder à imagem real da pessoa; não há impedimento à criação de avatares do sexo oposto ou completamente dissimilares, quando não completamente fantásticos. É o caso do mundo virtual Furcadia, em que usuários são representados por animais antropomórficos, que podem ser personalizados.

Dentro de mundos virtuais como *Second Life*, áreas específicas podem ter funções específicas e regras próprias de conduta. A responsabilidade de manter estas regras e o convívio harmonioso entre os usuários recai sobre a administração da própria empresa e os moderados ou *mods*, que, dentro do mundo virtual, policiam sua conduta e alertam à administração superior sobre violações de termos e condições e das regras de conduta pré-estabelecidas.

E da mesma forma como condutas lícitas podem ser praticadas, como o comércio, relacionamentos, educação e até mesmo instituições de caridade, condutas ilícitas também são praticadas: fraude, furto, terrorismo virtual e pedofilia também acontecem (ANGELUCI; SANTOS, 2007).

Foi o caso da ilha Wonderland¹⁹, em que usuários, todos maiores de 18 anos, fazendo uso de avatares em forma de criança, engajavam em condutas sexuais diversas, tanto entre crianças quanto com avatares adultos (ADAMS, 2009).

A forte repressão social gerada pela publicização desta ilha na mídia de massa levou à empresa Linden Labs, criadora da plataforma *Second Life*, a dismantelar a ilha e banir os usuários que dela participavam, embora tenha argumentado a princípio que nenhuma violação dos termos havia acontecido (ADAMS, 2009). Outras ilhas de teor similar podem existir, sem que se tenha notícia.

Agentes do FBI, a fim de investigar crimes acontecidos nestes mundos, são compelidos a criar avatares e ingressar no universo virtual, de forma a observar os crimes ocorridos. No mesmo sentido, o governo australiano tenta criar formas de policiamento, investigação e prevenção de crimes em ambientes desta natureza (ANGELUCI; SANTOS, 2007).

Além, embora a participação nestes mundos seja algumas vezes proibidas para menores, é extremamente simples para estes falsificar informações e ingressar assim mesmo, não havendo verificação dos dados informados.

Mas neste meio, surgem problemas éticos e de liberdade de expressão, que é ainda debatido em vários países. Este assunto será abordado no Capítulo 3.

¹⁹ Que não tem relação conhecida com o W0nderland Club.

2.4 Pornografia infantil e tecnologia

Previamente, era relativamente simples combater o tráfico de material ilegal quando este compartilhava dos mesmos mecanismos de informações legítimas: oficiais dos Correios e de agências de revelação de fotografias frequentemente denunciavam material suspeito.

Diferentes governos, inclusive o Brasil, oferecem sites específicos associados às polícias locais para denúncia de crimes cometidos por meio da Internet. A participação da sociedade na moderação destes crimes é crucial, posto que não há como as polícias dos mais diversos países monitorarem o tráfego digital, muito menos a criação e exclusão de *sites* diversos.

Como exemplificado pelo caso da transmissão de vídeo explícito através do Twitter, a comunidade digital auxilia em sua própria regulação, principalmente em crimes de grande potencial ofensivo como o é o abuso sexual de menores.

Para isso, a conscientização tanto de adultos como de crianças é absolutamente necessária. Existem várias iniciativas socioeducativas com o intuito de educar e conscientizar pais e crianças dos riscos da Internet, que incluem superexposição e confiança demasiada em pessoas que não se conhece, entre outras.

A primeira reação, uma vez encontrado o material ofensivo, é exigir que este seja removido, ou, preventivamente, impedir sua entrada no país, de forma similar ao que acontece com outros tipos de tráfico (ex., de drogas).

Uma tática usada por produtores e comerciantes de pornografia infantil é a criação de *mirror sites*, ou seja, a disponibilização de um mesmo conteúdo em vários servidores “espelho”, que contém o mesmo material. O objetivo é evitar a perda do material ou interrupção do serviço prestado, técnica que também é praticada legitimamente por *sites* legítimos. Se um determinado site for desativado, os outros ainda podem ser usados e todo o tráfego pode ser redirecionado para o espelho. Localizar todos os *mirrors* e desativá-los, mesmo não sendo tarefa especialmente complexa, pode ser demorado, dando tempo aos suspeitos de tomarem novas providências.

Outras vezes o conteúdo proibido é oculto através de criptografia e técnicas mais prosaicas de *login* e senha. O material disponibilizado pelo Wonderland Club só foi

encontrado quando um dos suspeitos colaborou com a polícia e entregou a chave criptográfica necessária para acessar o conteúdo ilegal (SMITH, 2004).

Outra maneira, bastante simples, mas que pode confundir e ocultar evidências de olhares incautos é simplesmente renomear arquivos suspeitos para outras extensões: por exemplo, trocar a extensão de um arquivo JPEG (imagem) para TXT (texto) ou DOC (arquivo de texto Microsoft Word) de forma a enganar uma possível investigação. Assim, se o investigador não está procurando informações desta natureza, pode simplesmente não perceber sua existência.

Recomenda-se que, ao analisar evidências relacionadas a crimes digitais ou que envolvam uso de computador de alguma maneira, mesmo que apenas acessória, deve-se sempre examinar os metadados do arquivo, de forma a identificar precisamente sua origem.

Não só os arquivos devem ser analisados, mas também a memória RAM (que pode conter dados recentemente vistos, mas não gravados em disco), os arquivos de paginação de memória, arquivos temporários e arquivos excluídos.

A última linha de defesa é o anonimato relativo que a Internet apresenta. Embora cada computador tenha um endereço IP²⁰ próprio ao conectar-se à Internet, rastrear a origem de uma determinada publicação digital pode ser complexa, principalmente se formas de ocultação forem usadas, como o uso de *proxies*²¹ próprios para garantir a anonimidade.

Esta técnica serve para tentar confundir e ocultar os “rastros” deixados pela passagem de um determinado IP por diferentes roteadores ao acessar um determinado local da Web – assim, dificultando a identificação do local de origem.

Muitas vezes os *proxies* usados estão em outro país, onde a regulamentação da Internet é deficiente ou não legalmente prevista. Alguns sites, a fim de desencorajar o uso de *proxies*, não aceitam conexões desta natureza (ex., Wikipedia). Faz-se isso bloqueando o acesso por IPs anônimos conhecidos, mas, é claro, estes podem ser substituídos.

²⁰ IP – acrônimo para *Internet Protocol*. Protocolo de comunicação de rede usado para comunicação. Aqui usado para referir-se ao número associado a uma máquina que se encontra conectada a uma rede, inclusive na Internet: neste sentido, a máquina pode ser identificada por seu endereço IP, que é único.

²¹ Proxy – servidor que se comporta como intermediário entre um cliente (usuário) e outro servidor (CERT-BR, 2010). Assim, o cliente conecta-se a um proxy, que por sua vez se conecta ao destino (site) desejado. Pode ser usado para fins legítimos, como para compartilhar uma conexão de Internet por várias máquinas em uma empresa, mas também pode ser usado para fins maliciosos, para tornar determinados acessos realizados através da Internet (ex. acessar um site ou enviar e-mails) de forma anônima.

Este método pode ser usado para contornar a censura, já que, posando como originário de outra parte do mundo, torna-se possível confundir um filtro de Internet, na medida em que a requisição ao site parece vir de outro local completamente distinto da realidade. Assim, a pessoa conecta-se a um *proxy* (que é legal) e este *proxy* conecta-se a um *site* ilegal (censurado).

Outra maneira de se ocultar suas origens é fazer uso de computadores públicos ou compartilhados por vários usuários, ato extremamente perigoso em se tratando de imagens de pornografia infantil, porém, posto que o usuário pode facilmente ser visto no ato. A maioria dos computadores públicos também é protegida contra o acesso a materiais pornográficos.

Encontrar os responsáveis não é tarefa fácil, principalmente quando estes se encontram dispersos em diversos países ou quando quem provê o serviço de hospedagem é baseado em outro país, que pode ou não ter leis regulatórias. É comum que grupos de pedofilia baseiem seus sites em países com pouca ou nenhuma legislação ou regulamentação de Internet.

Ainda no sentido do anonimato, Smith (2004) lembra que, mesmo com métodos diretos de acesso (ex., sem *proxies*), nada garante que os dados informados sobre o contratante de um determinado serviço são verdadeiros. Documentos falsos e informações inválidas podem em grande parte dificultar o trabalho da polícia na localização dos responsáveis, correndo-se o risco de acusar a pessoa errada.

Além, determinados vírus de computador podem “sequestrar” computadores, formando as chamadas redes zumbi, a partir da qual se pode distribuir informações como *spam* e pornografia infantil, sem o conhecimento ou aval do proprietário. O computador infectado fica sob o comando de quem controla o vírus remotamente, através da rede.

Mais complexo é quando as imagens são postadas em *newsgroups* diversos, como Usenet. Nestes casos, como não há controle centralizado de quem é dono do *newsgroup*, nem onde este se localiza fisicamente, é ainda mais difícil acionar a jurisdição responsável e a autoridade responsável por sua existência no mundo digital.

Nesta linha, técnicas de detecção de imagens pornográficas, acionadas remotamente, podem auxiliar a resolução do problema, assim como monitoramento de endereços conhecidos.

O governo britânico faz uso de *honey pots* para descobrir suspeitos (KRONE, 2005).

Uma técnica muito usada em segurança de redes, consiste em criar uma armadilha: cria-se um

servidor, pouco protegido, contendo dados interessantes para o criminoso digital (neste caso, contendo a promessa de material pornográfico ilegal) e registram-se todos os acessos a este servidor, gravando os IPs, e posteriormente investigando sua origem. Esta maneira é particularmente eficaz para identificar pedófilos até então desconhecidos.

A maneira mais comum, atualmente, de prevenir a disseminação de pornografia infantil é filtrando e regulamentando o conteúdo da Internet, ou seja, aplicando censura.

Existem diversas iniciativas para censurar o conteúdo disponível na Internet (principalmente no que se refere à pirataria e violação de copyright de músicas e vídeos), quase sempre infrutíferas.

A censura pode partir dos provedores de Internet – bloqueando o acesso a conteúdo proibido – ou a partir dos provedores de hospedagem – locais onde o conteúdo proibido é armazenado e veiculado. Pode também partir da máquina que faz o acesso, através de filtros e políticas de segurança de rede, já utilizados em ambientes domésticos e empresariais a fim de não autorizar o acesso a conteúdos considerados inapropriados (ex., pornografia, jogos e redes sociais bloqueadas em escolas).

O primeiro caso de censura de provedores de Internet é usado em vários países como uma maneira de controlar o conteúdo disponível para a população. É o caso de países como a China, onde o acesso a determinados conteúdos é bloqueado, impedindo a população de acessar o que o governo não deseja.

No caso da censura a partir dos provedores de Internet, principalmente se compulsória, o problema mais considerável encontra-se na liberdade de expressão, que pode ser tolhida de maneira ilegal se os filtros forem muito abertos, e completamente ineficazes se forem muito fechados. As diversas iniciativas de implementar filtros obrigatórios têm encontrado forte rejeição por parte da população, provedores de Internet e organizações pró-liberdade de expressão, inclusive partidos políticos. Este assunto será mais discutido no Capítulo 3.

Argumentos contra a censura notavelmente trazem à tona que esta pode ser contornada, como já mencionado, de diversas maneiras. A censura também não barra a comunicação ponto a ponto²², um dos métodos favoritos para a transmissão de pornografia

²² Ponto a ponto (*peer-to-peer*) – redes de computadores formada por conexão direta entre duas máquinas, com responsabilidades equivalentes, de tal forma que não há uma fonte centralizada para o compartilhamento de informações, mas esta parte de cada computador na rede para todos os outros computadores da rede (CERT-BR,

infantil. Outros argumentos incluem a ineficiência de tais métodos, inclusive, que não favorecem nem a identificação de vítimas nem o combate à prática propriamente dita.

Conexões ponto a ponto abrem um canal seguro entre dois ou mais dispositivos a fim de transmitir dados diretamente de uma máquina à outra – particularmente comum em sistemas de compartilhamento de arquivos (*file-sharing*) como a rede eDonkey (criadora do eMule), Limewire e Bittorrent, extremamente populares.

Embora a origem e o destino destas conexões possam ser identificados, há *softwares* de ponto a ponto que fazem uso de *proxies* para garantir o anonimato de seus usuários, ocultando a origem da chamada de conexão. O uso de redes ponto a ponto garante uma privacidade ainda maior que a distribuição de pornografia por meio de *sites* e *newsgroups*, posto que estes se encontrem públicos, enquanto a conexão ponto a ponto, assim como e-mails e ferramentas similares, transita em redes fechadas entre aqueles que desejam compartilhar os dados.

Steel (2009) realizou estudo sobre a disponibilidade de pornografia infantil em redes ponto a ponto, rastreando as requisições feitas a uma máquina definida como Ultrapeer na rede Gnutella, fazendo uso de um cliente específico para a pesquisa, e classificando as requisições feitas de acordo com o conteúdo. Desta forma foi capaz, através de técnicas de *data mining*, de localizar as tendências de busca em redes ponto a ponto e verificar algumas características salientes a respeito da pornografia infantil neste ambiente. Devido às estipulações legais dos Estados Unidos, a partir de onde o estudo foi realizado, não foi possível aos pesquisadores verificar se o conteúdo encontrado realmente era pornografia infantil.

A pesquisa demonstrou que, de todas as requisições (*queries*) feitas ao Ultrapeer usado, após sanitização, classificação, remoção de redundâncias, etc., aproximadamente 1% correspondiam a pedidos por pornografia infantil.

A maioria do conteúdo encontrado constitui imagens (82%), sendo filmes equivalentes a 17%. A faixa etária mais procurada neste estudo é de 11 a 16 anos, não demonstrando nenhuma diminuição da faixa etária visada por pedófilos, ao contrário do que algumas literaturas indicam.

Mais perturbadora, entretanto, é a prevalência do Brasil encontrada neste estudo: o Brasil representou 12% da demanda por pornografia infantil e 90% do fornecimento, ou seja,

o Brasil foi o maior provedor de pornografia infantil encontrado. Foram encontrados 68 IPs únicos originários do Brasil.

A Operação Tapete Persa, realizada pela Polícia Federal brasileira em conjunto com a Interpol e a Polícia Criminal de Baden-Württemberg, Alemanha, foi responsável pela prisão em flagrante de mais de 20 pessoas em 9 estados brasileiros e 81 mandados de busca e apreensão (BONIN, 2010).

Foram encontrados, além dos materiais pornográficos, evidência que os suspeitos nacionais teriam agredido sexualmente crianças, além de evidências incriminando vizinhos e parentes dos suspeitos.

Conhecida como Perserteppich & Collection em seu país de origem, a operação, deflagrada em seu país de origem em 2009, fiscalizava a transmissão de material ilícito através de redes ponto a ponto. Os suspeitos transmitiam imagens e vídeos retratando cenas de abuso sexual a crianças, inclusive bebês.

Outros tipos de controle podem ser feitos, como, por exemplo, a partir de provedores de hospedagem. Estes, com exceções, são extremamente limitados, principalmente quando o conteúdo ilegal é veiculado usando sites legítimos – redes sociais, por exemplo, ou sites de vídeos como o YouTube.

É impossível para um provedor de hospedagem²³ ter conhecimento de todo o conteúdo veiculado nele, principalmente quando este conteúdo (imagens, por exemplo) é transparente para o site – bloquear imagens de determinado tipo implicaria em bloquear todas as imagens, o que tem sérias consequências tanto negociais e econômicas, a depender do negócio, quando legais, devido à limitação indevida da liberdade de expressão do público deste mesmo site.

Uma saída é exigir que, uma vez identificado o material ilegal, o provedor o remova imediatamente e forneça os dados de quem acessou o material – o que pode implicar em violações da privacidade de seus clientes.

Esta, porém, é mais complicada quando o *host* se encontra em outro país – pior, o material identificado pode não ser ilegal no país onde está hospedado, desobrigando assim o provedor de removê-lo. Este é um dos motivos pelo qual redes de pedofilia de grande porte

²³ Provedor de hospedagem – serviço que fornece espaço e acesso online para que uma pessoa disponibilize um site na Internet. Geralmente inclui bancos de dados e serviço de e-mail, associados a um domínio específico para

hospedam seus materiais em países do Leste Europeu, África e Ásia, onde o monitoramento e a ilegalidade da conduta podem não existir.

Alguns sites, como o Facebook, oferecem maneiras de reportar material impróprio ou ilegal diretamente às autoridades, possibilitando aos próprios usuários policiar o conteúdo disponível a eles. Em algumas situações, pode não ser recomendável a exclusão imediata do material ofensivo, posto que possa vir a servir de evidência contra os responsáveis.

Censurar a Internet, se não impossível, é tarefa extremamente difícil e muitas vezes contraprodutiva, trazendo mais males que benefícios. A natureza distribuída da rede, seu principal motor, resiste à censura e, exceto controlando-se o acesso a computadores ligados à Internet (como é o caso da Coreia do Norte), tentativas de filtrar e proteger o conteúdo disponível, embora possível e muitas vezes recomendável, são contornáveis.

Outra maneira de se eliminar – ou pelo menos encontrar – o material ilegal é criar sistemas que vasculhem a rede (*web crawlers*, também conhecidos como *spiders* ou simplesmente *robots* ou *bots*, robôs), identificando determinadas palavras-chave (pouco confiável) ou a presença de arquivos de conteúdo ilícito (contrastando com material conhecido, armazenados em um banco de dados) e reportando quando este é encontrado.

Em outras perspectivas, estuda-se a possibilidade de criar softwares capazes de identificar imagens de pornografia infantil através do uso de redes neurais. Estes sistemas usam inteligência artificial para descobrir padrões de imagem, que posteriormente podem ser usados para identificar, dinamicamente, conteúdo similar.

Thompson (2009), na 7ª Conferência Australiana de Investigação Digital, propôs um método para a localização automatizada de pornografia infantil digital através de reconhecimento de face, idade e de pele, de forma a identificar tanto que a imagem representa uma pessoa em estado de nudez total ou parcial, mas que também constitui representação de uma criança, que tenha baixos níveis de falso positivos e falso negativos.

Para isso, faz uso de métodos de reconhecimento de face e de biométrica. Sistemas desta natureza poderiam favorecer o rastreamento de conteúdo remotamente, diminuindo o percentual de imagens que necessitam avaliação humana e agindo proativamente na localização de conteúdo ilegal.

Além de problemas técnicos, problemas jurídicos surgem da natureza distribuída da Internet. De acordo com Wortley e Smallbone (2006) muitos casos podem não ser investigados por não se saber a que jurisdição se aplica ou de onde se originam as imagens.

Ainda de acordo com estes autores, diferenças legislativas e de comprometimento das polícias envolvidas dificultam a investigação, assim como o volume de informações que circula na Internet e a sofisticação tecnológica.

3 COMPARATIVO LEGISLATIVO

Não há dúvida que a produção de pornografia infantil – que seja esta digital ou física – é uma forma de abuso. Envolver menores em situações sexuais é violação da dignidade sexual e dos direitos da criança: a criança não tem discernimento psicológico para consentir.

O que se protege, quando se criminaliza a conduta de produzir pornografia infantil, é a capacidade de autodeterminação sexual do menor, a dignidade sexual, assim como a integridade física e psicológica (TRINDADE; BREIER, 2010). Entende-se, tanto no âmbito psicológico quanto penal, que quando o adulto se compromete sexualmente com o menor, há uma interferência do fluxo natural de desenvolvimento deste.

Como explanado no Capítulo 1, as consequências do abuso sexual de menores podem ser devastadoras para o desenvolvimento da sexualidade do indivíduo. É esta integridade que se busca proteger, principalmente quando este abuso é intrafamiliar ou com crianças muito jovens.

Entretanto, mais sutil é o caso daqueles que apenas consomem pornografia. Como mencionado anteriormente, há fortes indícios que quem consome pornografia infantil tenha tendências pedofílicas, até mesmo mais do que aquele que abusa sexualmente de uma criança.

Não há dúvida que tais pessoas racionalizam seu interesse como normal ou salutar – ou que argumentam não haver cometido crime, posto serem apenas imagens e eles mesmos não tenham agredido ninguém.

Mas embora não se possa fazer uma afirmação neste sentido, mesmo porque não se pode saber com certeza quais pessoas acessam este tipo de material, pesquisas realizadas em presídios mostram que pedófilos exclusivos geralmente colecionam pornografia infantil – demonstrando situações e cenários que correspondem às suas fantasias e, por consequência, que são estimulados a levar à prática com crianças reais.

Já pedófilos situacionais, embora possuam pornografia infantil, não a colecionam exclusivamente, encontrando-se este material entre outros tipos de materiais pornográficos.

Entrevistas realizadas com pedófilos de diversos cenários demonstram que, em paralelo, há aqueles que consideram a pornografia infantil uma válvula de escape que os impede de abusar fisicamente de uma criança. Para outros, entretanto, o uso de material pornográfico inspirou o abuso (TAYLOR; QUAYLE, 2003).

Entretanto, do ponto de vista puramente econômico, a demanda por pornografia infantil gera, conseqüentemente, a existência de fornecedores, que por sua vez abusam de crianças para a produção de pornografia e aumentam, assim, o número de vítimas.

Não há dúvida que, profundamente delicado, este crime deve ser combatido de alguma forma. Também não é suficiente limitar este combate à esfera nacional apenas, já que, incluindo a Internet neste meio, as fronteiras começam a dissolver-se e o problema transborda para outros países também.

Assim, prosseguimos para uma exploração sobre como diferentes países tratam o assunto, incluindo organizações internacionais, e como reforçam o entendimento com práticas e políticas públicas, onde aplicável.

3.1 Japão

Embora a pornografia seja restrita no Japão desde 1907, apenas em 1999 este país tornou ilegal a comercialização de pornografia infantil, com a Lei n. 52 de 26 de Maio de 1999, a Lei sobre a punição de atividades relativas à Prostituição Infantil e Pornografia Infantil e de Proteção à Criança.

O Artigo 175 do Código Penal japonês proíbe a “distribuição, venda ou exibição em público de documento, desenho ou objeto obsceno” (JAPÃO, 1907), trazendo penas de até dois anos de prisão com trabalhos forçados e multa, sem especificação de idade. Excepciona-se a exposição para fins educacionais (ex., aulas de anatomia) e produção com valor artístico.

A interpretação majoritária sobre o que é ‘obsceno’ delimita este conteúdo apenas à exibição da genitália, de forma que a venda de material pornográfico adulto é permitida enquanto a exibição da genitália e, até recentemente, pelos públicos é censurada. Materiais estrangeiros importados para o país são geralmente confiscados como contrabando.

Esta peculiaridade legal é consequência de uma ‘fase puritana’ surgida durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente enquanto o país se encontrou sob o poderio militar americano. Durante este período, a pornografia japonesa foi virtualmente banida nos termos do Art. 175 – obscenidade.

O relaxamento de tais regras, que levam à permissividade atual, começou após 1972, levando a um decréscimo no número de apreensões de materiais considerados obscenos (DIAMOND, 1999).

A venda de material pornográfico adulto na forma de mangás, animes e outros não é restrita, embora seja limitada a lojas de material adulto, fora da vista do público em geral e limitado a maiores de 18 anos. A Internet também não é censurada, se o material for produzido ou armazenado fora do Japão.

Até mesmo animes e mangás infantis tem certa prevalência de cenas que seriam consideradas impróprias para menores no Ocidente, incluindo nudez parcial e inuendos sexuais, frequentemente em contextos cômicos.

O art. 175 do Código Penal japonês, em conjunto com o Art. 34, 6, da Lei do Bem-Estar Infantil, que protege direitos de crianças a não serem usadas em atos obscenos (JAPÃO, 1947), era também usado para persecução penal de pornografia infantil, principalmente antes da edição de lei mais específica. Em 2004, a Lei n. 153 alterou esta lei de forma a adequá-la ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis.

Em 1999, a Lei sobre a punição de atividades relativas à Prostituição Infantil e Pornografia Infantil e de Proteção à Criança tornou ilegal a comercialização de pornografia infantil. Esta lei define ‘criança’ e ‘pornografia infantil’ como:

Artigo 2 O termo ‘criança’, como usado nesta lei, significa pessoa abaixo de dezoito (18) anos de idade.

[...]

(3) O termo "pornografia infantil", como utilizado na presente lei, significa fotografias, meios de gravação contendo registros eletromagnéticos (qualquer registro produzido por meios eletrônicos, magnéticos ou outros meios não reconhecidos através da percepção natural e que é usado para processamento de dados por um computador; o mesmo se aplica daqui em diante) ou qualquer outro meio que retrata uma pose de uma criança, que se enquadra em algum dos itens a seguir, de forma visível:

(i) Qualquer pose de uma criança engajada em intercurso sexual ou qualquer conduta similar ao intercurso sexual;

(ii) Qualquer pose de uma criança tendo seus órgãos genitais tocados por outra pessoa, ou de uma criança tocando órgãos genitais de outra pessoa, que excita ou estimula o desejo sexual do espectador;

(iii) Qualquer pose de uma criança total ou parcialmente nua, que estimula ou excita o desejo sexual do espectador; (JAPÃO, 1999, tradução nossa)

A conduta é tipificada no artigo 7:

Artigo 7 Qualquer pessoa que fornece pornografia infantil será condenada a prisão com trabalhos forçados por não mais que três anos ou uma multa de não mais que três milhões de yen. O mesmo será aplicado a pessoa que provê registros eletromagnéticos ou qualquer tipo de registro que retrate pose de uma criança, que recaia sobre os itens do parágrafo 3 do Artigo 2, de maneira invisível através de linhas elétricas de telecomunicação.

(2) Qualquer pessoa que produz, possui, transporta, importa ou exporta pornografia infantil do Japão para os propósitos descritos no parágrafo anterior será punida pelas mesmas penas como descritas neste. O mesmo se aplicará a pessoa que retém registros eletromagnéticos descritos no parágrafo anterior para o propósito das mesmas atividades.

(3) Além do parágrafo anterior, qualquer pessoa que produzir pornografia infantil fazendo com que uma criança pose em qualquer maneira que se enquadre em qualquer item do parágrafo 3 do Artigo 2, representando tal pose em fotografia, gravação de mídia contendo registros eletromagnéticos ou de qualquer outro meio será punido pelas mesmas penas descritas no parágrafo 1 deste artigo.

(4) Qualquer pessoa que fornece pornografia infantil a pessoas ou número indeterminado de pessoas, ou exibe em público, será condenado à prisão com trabalho por não mais de cinco anos e/ou multa de não mais de cinco milhões de yen. O mesmo se aplicará a pessoa que fornece registro eletromagnético ou qualquer outro registro que represente pose de criança que se enquadre em qualquer item do parágrafo 3 do Artigo 2, para pessoas ou número de pessoas indeterminado de maneira visível através de linhas de telecomunicação.

(5) Qualquer pessoa que produza, possua, transporte, importe ou exporte pornografia infantil do Japão para os propósitos descritos no parágrafo anterior será punida pelas mesmas penas como descritas nele. O mesmo se aplicará a pessoa que retém registro eletromagnético descritos no parágrafo anterior com fim das mesmas atividades.

(6) Qualquer nacional japonês que importe ou exporte pornografia infantil para ou de um país estrangeiro para os propósitos descritos no parágrafo 4 deste artigo será punido pelas mesmas penas descritas nele. (JAPÃO, 1999, tradução nossa)

Atualmente, ao lado da Rússia, o Japão é o único país do G8 a não criminalizar a posse de pornografia infantil, apenas a posse para fim de comercialização. Há movimentos no sentido de criminalizar esta conduta em particular, mas não há previsão para tornar ilegal a comercialização de pornografia infantil virtual, na forma de animes e mangás, nem de *erotica* (UNICEF, 2010).

Estas condutas encontram-se protegidas sob o argumento da liberdade de expressão e de imprensa, descrita na Constituição Japonesa. Tal decisão não é incontroversa: aqueles contra argumentam tratados como a Convenção sobre os Direitos da Criança, enquanto aqueles a favor argumentam decrescimento nas taxas de violência sexual contra crianças e decrescimento da exploração comercial sexual de menores.

A atração por indivíduos jovens tem fortes influências culturais. A repressão à pornografia infantil virtual e *erotica* é principalmente complicada pela persistência cultural japonesa de apreciação da juventude, exemplificada pelos *junior idols*, adolescentes e pré-adolescentes em carreira de modelo fotográfico que produzem *books* fotográficos e outros materiais, incluindo DVDs, cujo conteúdo pode ser considerado erótico ou no limiar do erotismo (ex., pré-adolescentes de doze a catorze anos em roupas reveladores e poses insinuantes), embora não explícitos (HONGO, 2007; GALBRAITH, 2009).

Há também as culturas *lolicon* (ou *rorikon*, ‘Lolita complex’) e *shotacon* (‘young boy complex’). Ambas capitalizam o desejo por meninos e meninas jovens. De acordo com Shigematsu (1999), citando Agaki (1993), este desejo não está relacionado com a criança propriamente dita, mas com o senso de *kawaii* (‘fofura’) do personagem, uma percepção integrada à cultura japonesa e comumente associada à infância e à juventude.

Embora estas personagens se encontrem em situações sexuais, a inspiração não é em crianças reais ou representação de desejo por crianças reais, mas sim uma atração pelas *qualidades* implícitas na juventude: doçura, inocência, fofura, delicadeza, etc.. Assim, não configuraria pornografia infantil no sentido mais próprio da expressão, pois não teria embasamento ou representação na realidade nem inspiração no desejo real por crianças.

Uma mudança neste sentido – uma possível criminalização do lolicon e shotacon – implicaria em mudança na forma como o povo japonês vê o *kawaii* e sua própria inspiração sociocultural, tornando o assunto muito mais complexo do que o normalmente esperado. Tal alteração levaria o Japão de encontro ao padrão ocidental, principalmente de países de língua inglesa (Estados Unidos, Inglaterra, Austrália), que tendem a criminalizar a pornografia infantil virtual.

3.2 Dinamarca

Um dos primeiros países a legalizar a pornografia e a prostituição adultas alterou suas leis de forma a adequá-las às convenções internacionais de proteção à criança.

A primeira, o Protocolo Facultativo realizado pelas Nações Unidas e assinado por mais de cem países, levou a Dinamarca a sobrepor uma declaração excepcionando a definição de pornografia infantil (restringindo à representação visual) e a idade mínima (quinze anos). À época do protocolo, as leis dinamarquesas permitiam a posse de pornografia infantil de maiores de quinze anos, desde que houvesse consentimento por parte do menor. Isso porque a idade de consentimento para relação sexual é quinze anos.

Mas convênios assinados sob a égide do Conselho Europeu, versando sobre a pornografia infantil e a Internet, levaram a Dinamarca a alterar suas leis e aumentar sua idade de consentimento para pornografia infantil de quinze para dezoito anos, entrando em conformidade assim tanto com o Protocolo Facultativo quanto com os preceitos do Conselho Europeu.

A Dinamarca legalizou o uso e produção de pornografia em 1969. Nesta época, qualquer tipo de material pornográfico era permitido, incluindo bestialidade e pornografia infantil. Esta última somente foi coibida recentemente devido a pressões internacionais neste sentido.

Estima-se que boa parte do material pornográfico existente hoje tenha origem japonesa e escandinava, com especial prevalência do material dinamarquês neste último caso, gerado à época em que era permitido.

Após as mudanças necessárias, a Dinamarca entrou em uma política de forte repressão à pornografia infantil. Entre as medidas tomadas, incluiu-se censura da Internet, através de uma lista de sites bloqueados organizada pela ONG Red Barnet – Save the Children na Dinamarca.

3.3 Canadá

O Código Penal canadense criminaliza a conduta de pornografia infantil em sua Seção 163.1 e seguintes, que declara *pornografia infantil* como sendo

163.1 (1) Nesta seção, "pornografia infantil" significa

(a) um filme, fotografia, vídeo ou outra representação visual, criada ou não por meio eletrônico ou mecânico,

(i) que mostra uma pessoa que é ou é descrita como sendo de idade inferior a dezoito anos, envolvida ou descrita como estando envolvida em atividade sexual explícita, ou

(ii) cuja característica dominante é a representação, com um fim sexual, de um órgão sexual ou na região anal de uma pessoa com idade inferior a dezoito anos;

(b) qualquer representação escrita, visual ou de gravação de áudio que defende ou aconselha atividade sexual com uma pessoa de idade inferior a dezoito anos que seria uma ofensa sob esta lei;

(c) qualquer material escrito cuja característica dominante é a descrição, com fim sexual, de atividade sexual com uma pessoa de idade inferior a dezoito anos, que seria uma ofensa sob esta lei, ou

(d) qualquer gravação de áudio que tem como característica dominante a descrição, apresentação ou representação, para uma finalidade sexual, de atividade sexual com uma pessoa com idade inferior a dezoito anos, que seria uma ofensa sob esta lei. (CANADÁ, 2010, tradução nossa)

O Código Penal canadense, portanto, inclui material escrito e áudio como ofensa de pornografia infantil se este material apresentar conteúdo inapropriado como descrições de cenas de sexo com crianças com finalidade puramente sexual, diferentemente de outros países ocidentais em que pornografia infantil se limita a conteúdo audiovisual.

Atualmente, as condutas típicas incluídas no Código Penal canadense são descritas nas subseções 2, 3 e 4 da seção 163.1, a saber:

(2) Toda pessoa que faz, imprime, publica ou possui, para efeitos de publicação, qualquer pornografia infantil comete

(a) um crime passível de prisão por um período não superior a dez anos, ou

(b) um crime punível por condenação sumária.

(3) Toda pessoa que importa, distribui, vende ou possui para fim de distribuição ou venda, qualquer pornografia infantil é culpado de

(a) um crime passível de prisão por um período não superior a dez anos, ou

(b) um crime punível por condenação sumária.

(4) Toda pessoa que possua pornografia infantil é culpado de

(a) um crime passível de prisão por um período não superior a cinco anos;

(b) um crime punível por condenação sumária. (CANADÁ, 2010, tradução nossa)

As subseções 4.1 e 4.2 tipificam a conduta de acessar pornografia infantil, a fim de cobrir o acesso através de meio eletrônico como a Internet, mesmo que apenas para fim de visualizar:

(4.1) Cada pessoa que acessa qualquer pornografia infantil é culpada de

(a) um crime passível de prisão por um período não superior a cinco anos e uma pena mínima de prisão por um prazo de 45 dias, ou

(b) um crime punível por condenação sumária e passível de pena de prisão não superior a dezoito meses e uma pena mínima de prisão por um prazo de 14 dias.

(4.2) Para efeitos do subitem (4.1), uma pessoa acessa pornografia infantil quando sabidamente causa pornografia infantil a ser vista por, ou transmitida a, si mesmo.

(4.3) Se uma pessoa for condenada pela prática de uma infração nos termos desta seção, o tribunal que impor a pena deve considerar como circunstância agravante se a pessoa cometeu o crime com a intenção de lucro.

Já a subseção 5 inclui explicitamente que o desconhecimento da idade não constitui defesa, desde que todos os cuidados tenham sido tomados (dentro da razoabilidade) para garantir que a idade da vítima era igual ou superior a dezoito anos.

Para fins de avaliação se o conteúdo configura ou não pornografia infantil, faz-se uso da norma civil de prova (equilíbrio de probabilidades). O material encontrado em posse do acusado também poderá ser confiscado, de acordo com a vontade da corte.

A primeira alteração ao Código Penal canadense foi editada em 1993, com a introdução da Seção 163.1, que criminaliza as condutas acima descritas.

Posteriormente, esta seção foi alterada com o Projeto de Lei C-15A (*Bill C-15A*), que recebeu consentimento real²⁴ em 2002 e inclui explicitamente meios eletrônicos como a Internet na Seção 163.1, 3. Esta lei criminaliza o acesso à pornografia infantil (ex., por meio de navegador de Internet) e define condenações sumárias; exculpa acessos não intencionais; e expande a defesa de valor artístico e propósito educacional, científico e médico e defesa do “bem público” à ofensa de acesso.

²⁴ Por ser parte da Commonwealth of Nations, as leis canadenses precisam de consentimento real por parte do monarca (atualmente a rainha Elizabeth II) para serem promulgadas e tornarem-se lei.

Também inclui a ofensa de pornografia infantil às provisões relativas aos *long-term offenders*, ou seja, aqueles que cumpriram pena de pelo menos dois anos de reclusão e que apresentam risco substancial de reincidência. Esta cláusula estabelece até dez anos de supervisão após o cumprimento da pena.

Esta mesma lei estabelece que a corte possa exigir a deleção de materiais pornográficos de um servidor localizado em sua jurisdição, requisitar cópia destes mesmos materiais e também exigir a identidade do responsável pela inclusão do material proibido no servidor.

Já o Projeto de Lei C-2 de 2005 emendou novamente o Código Penal canadense para aumentar as penas dos crimes de pornografia infantil e alterar as provisões relativas a materiais escritos e de áudio. Também altera a provisão para mérito artístico (subseção 6) para incluir a expressão *propósito legítimo* (relacionado à arte, ciência, medicina e educação).

Embora seja um estado federativo, a competência para legislar sobre crimes é exclusiva do poder federal, portanto, as leis previamente mencionadas se aplicam em todo o território canadense.

Estas mudanças, entretanto, não surgiram de forma pacífica. O Canadá, em sua Constituição, garante a liberdade de pensamento e de expressão e a Suprema Corte canadense, em pelo menos um caso, concedeu a defesa de mérito artístico a um acusado de expor pornografia infantil.

Neste caso, conhecido como *R. v. Sharpe*, o acusado foi indiciado em quatro instâncias de posse de pornografia infantil. O material em questão constituía escritos, pinturas e desenhos, materiais considerados pornografia infantil pelo Código Penal.

Entretanto a Suprema Corte canadense decidiu que os materiais em questão encontravam-se sob a posse privada do acusado e, portanto, não ofereciam risco a crianças, principalmente por se tratarem de material fictício, sem nenhuma relação com crianças reais e por possuírem valor artístico. A defesa traçou paralelos com trabalhos artísticos renomados, notavelmente, o romance *Lolita*. Estas representações, embora não consideradas discurso protegido, recaíam sob a cláusula da liberdade de expressão, que seria favorecida neste caso.

O acusado foi considerado culpado pela British Columbia Court of Appeal, pela posse de fotografias envolvendo meninos abaixo de catorze anos em posições eróticas, e por atentado violento ao pudor, por agredir um menino de onze anos (AKDENIZ, 2008).

Em outros casos, também foi excepcionada a produção de material escrito quando este, não sendo distribuído, foi considerado sob a cláusula de liberdade de expressão e pensamento.

Já em outro caso, foram confiscados mangás produzidos no Japão e ilustrações de personagens fictícios em situações de pornografia infantil como sendo representativos de pornografia infantil.

Assim, o Judiciário canadense ainda encontra-se dividido quanto à pornografia escrita, embora considere a pornografia virtual visual como ilegal²⁵.

O Canadá não possui previsão legal para censura de conteúdos reconhecidamente ilícitos na Internet. Entretanto, a organização sem fins lucrativos Canadian Centre for Child Protection opera o canal de denúncias oficial, o Cybertip (www.cybertip.ca), para denúncia de crimes relativos à exploração sexual de crianças on-line, inclusive pornografia infantil.

Esta organização, além de recolher e triar as denúncias, mantém lista com *sites* considerados ilegais para provedores de Internet que concordaram, voluntariamente, em proibir o acesso a eles. Este projeto, conhecido como Cleanfeed, opera desde 2005.

A lista inclui apenas *sites* não hospedados no Canadá, pois estes últimos encontram-se submetidos às leis canadenses e, portanto, passíveis de desativação por ordem judicial.

Os analistas que atuam na Cybertip têm autorização e treinamento de polícia especial e a lista de *sites* com conteúdo possivelmente ilegal inclui apenas instâncias de abuso sexual de menores pré-pubescentes (CYBERTIP, 2010).

3.3 Austrália

Recentemente, o Ministro da Comunicação australiano Stephen Conroy planejou a criação de um filtro para barrar conteúdos considerados ilegais (ex., informações sobre suicídio e aborto, pornografia infantil) e restringir o acesso a conteúdos considerados legais, porém classificados como restritos (ex., pornografia adulta).

²⁵ Note que, por operar sob a *common law*, uma decisão judicial da Suprema Corte canadense contra a ilegalidade da pornografia virtual pode em essência revogar o dispositivo legal.

A censura seria realizada através de uma *blacklist*, uma lista contendo sites de conteúdo reconhecidamente ilegal ou que tenham determinados níveis de classificação (ex., proibido para menores). Toda tentativa de acessar estes sites seria barrada por provedores de Internet, que seriam legalmente obrigados a fazê-lo.

O projeto, ainda não implementado, é causa de uma briga política ferrenha no país devido a consequências técnicas, éticas e legais de tal sistema, contando com a oposição de Provedores de Internet e da sociedade.

Ao contrário do que acontece em países como a Inglaterra e o Canadá, este filtro seria obrigado por lei, e não iniciativa livre de autorregulação dos Provedores de Internet, um dos pontos principais de desentendimento.

Estes argumentam que a proposta tem sérias falhas técnicas e éticas e deveria ser reconsiderada. Além, informam que tal como foram apresentados em testes, são pouco confiáveis e podem ser contornados, tornando sua existência virtualmente inútil.

A motivação inicial para a existência do filtro seria proteção às crianças contra a visualização de materiais impróprios e o “banimento” da pornografia infantil on-line, argumentos combatidos tanto por ativistas pró-liberdade digital quanto por grupos de proteção à criança e ao adolescente, que se encontram divididos sobre o assunto.

Este movimento é parte de uma política australiana de combate à pornografia infantil e o aliciamento de menores, espelhando-se em políticas internacionais aplicadas a outros países, principalmente europeus, e que tem encontrado sucesso restrito, não sem opiniões contrárias.

A controvérsia sobre pornografia infantil foi aumentada ainda mais quando o fotógrafo Bill Henson, em exposição em uma galeria de arte em Sydney, expôs fotografia de uma menina de 13 anos nua, exacerbando o debate sobre os direitos da criança e a exploração destas na produção de material artístico.

Atualmente a censura já se aplica a jogos que possuam cenas de sexo e violência proibidas para maiores de 18 anos. A comercialização de tais jogos é ilegal na Austrália, embora filmes nesta faixa de censura sejam legais. A censura proposta se estenderia também a personagens fictícios, mesmo que não realisticamente retratados (ex., cartuns).

Comunidades de jogos on-line como Second Life e World of Warcraft também serão afetadas, já que estes jogos permitem a transmissão de conteúdo em tempo real, em som e texto (MCLELLAND, 2010).

A Austrália criminaliza a pornografia infantil em seu Código Penal, sendo aplicável inclusive a australianos que se encontrem fora do país.

Internamente, em nível federal, o país implementa censura desde 2000, através do *Commonwealth Classification Act*, que estabelece sistema de faixas etárias, sendo a indicação RC (refused classification) proibida. Dos oito estados, quatro já haviam implementado políticas próprias de classificação posteriormente à edição da lei federal (GRAHAM, 2010).

O *Broadcast Act*, emendado em 2000 e posteriormente em 2008, estabelece em seu Schedule 5 e 6 o que deve ser feito para controle de censura de provedores de Internet e provedores de hospedagem e conteúdo.

Curiosamente, conteúdo disponível através da Internet, inclusive texto e imagens estáticas, é classificado de acordo com os critérios usados para a classificação de filmes e TV, que são mais restritivos que os critérios usados para materiais publicáveis (revistas, livros, jornais, etc.).

A agência controladora Australian Communications and Media Authority (ACMA) pode requisitar a remoção de conteúdos considerados impróprios para menores ou ilegais de qualquer provedor de conteúdo ou hospedagem localizado na Austrália. Também pode exigir que Provedores de Internet bloqueiem o acesso a conteúdos desta natureza que não se encontram sob jurisdição australiana.

Estes conteúdos não são ilegais, mas podem ser removidos (caso hospedados na Austrália) ou censurados (caso hospedados fora do país). No primeiro caso, a ACMA somente pode agir caso haja reclamações a respeito do material exposto; no segundo caso, a ACMA pode adicionar o endereço de onde o conteúdo se encontra a uma *blacklist*, que por sua vez é repassada aos fornecedores de filtros individuais que optaram por censurar a lista da ACMA, ou seja, não é aplicada a censura compulsoriamente.

Com a implementação da proposta de filtro mandatório, sites com conteúdo proibido seriam bloqueados sem nenhuma informação à população, nem oportunidade de escolha. Materiais considerados restritos seriam sujeitos à opção do usuário individual, desde que comprovada a idade do mesmo.

Entretanto, diferentes jurisdições têm definições distintas sobre o que constitui ‘criança’ e ‘pornografia’, a idade variando entre dezesseis (ex. Queensland) e dezoito (ex. Victoria) anos, o que certamente dificulta investigações através do país (GRIFFITH; SIMON, 2008).

A legislação federal australiana declara representações e descrições (ou seja, audiovisual ou texto) que é, aparenta ou é subentendida como sendo menor de dezoito anos engajada em situações sexuais, embora legislações estaduais definam pornografia infantil em idades inferiores, gerando confusão a respeito de qual idade é a mínima (MCLELLAND, 2010). Não existe hierarquia entre as leis Australianas federais e estaduais, sendo perfeitamente possível a uma lei estadual contradizer uma lei federal.

Também há variação sobre que materiais são cobertos sob a cláusula pornografia, algumas jurisdições ilegalizando a pornografia infantil virtual enquanto outros não (GRIFFITH; SIMON, 2008).

O caso *McEwen v. Simmons & Anor*, julgado pela Suprema Corte da Nova Gales do Sul em 2008, declarou pornografia infantil, mesmo contendo representação de personagens fictícios, ilegal. Este caso em particular envolvia representações de personagens menores do desenho animado *Os Simpsons* em situações sexuais. Foi decidido que as imagens constituíam representação de pessoa e, portanto, cobertas sob o Código Penal federal e estadual (NOVA GALES DO SUL, 2008).

Assim, materiais escritos e representando personagens claramente fictícios também são cobertos pela lei australiana, embora haja variação entre os estados.

McLelland (2010) argumenta que tais restrições põem em risco a liberdade de expressão de diversos setores da comunidade interessada em animes e mangás japoneses que, como já explorado, costumam representar seus personagens de acordo com o *kawaii*, de idade indeterminada, mas que poderiam ser considerados menores.

Este autor explora principalmente as consequências da legislação australiana para um grupo de fãs em particular: os fãs de *shōnen'ai* – pornografia homossexual masculina japonesa. Este grupo, ao contrário do perfil comumente reconhecido de consumidores de pornografia infantil em geral, é majoritariamente feminino e orientado à juventude (MCLELLAND, 2010). Embora existam diversos estudos a respeito deste fenômeno, McLelland relata que somente autores Australianos focam na idade dos personagens

representados, enquanto autores de outros países estudam a atratividade do gênero para mulheres jovens e adolescentes.

O autor ressalta que não se pode afirmar que a prerrogativa de consumo de pornografia infantil virtual é do público masculino, nem que este material inspira abuso sexual real, considerando a intensa popularidade do gênero em todo o Ocidente; portanto, não se pode razoavelmente argumentar que a legislação visa proteger a integridade psicológica e física de crianças quando se refere à pornografia infantil virtual inspirada por personagens fictícios.

3.4 Reino Unido

Na Inglaterra, a Internet Watch Foundation (IWF), agência não governamental, tomou a iniciativa de criar uma *blacklist* de sites cujo conteúdo é ilegal no país, principalmente sites que contêm pornografia infantil e abuso sexual de menores.

Recentemente, instrução normativa do Departamento de Comércio Governamental (Office of Government Commerce) banii órgãos públicos do país de contratarem serviços de Internet com empresas que não proíbem acesso aos sites contidos na *blacklist*.

Esta lista causou controvérsia quando, ao incluir um artigo da enciclopédia digital Wikipedia na *blacklist*, impediu que seus usuários editassem artigos.

Ao contrário do que se espera implementar na Austrália, a lista fornecida pela IWF não é compulsória e os provedores de Internet individuais podem optar ou não por bloquear os sites informados. A grande maioria dos Provedores de Internet ingleses aderiu ao filtro.

A primeira lei inglesa que criminaliza a pornografia infantil é o *Protection of Children Act* de 1978, que continua em vigor, embora tenha sofrido várias alterações e emendas até hoje.

Esta lei, em sua redação original, criminalizava a produção, distribuição, exposição, divulgação e posse de fotografias envolvendo crianças e consideradas indecentes. A lei definia ‘criança’ como qualquer menor de dezesseis anos, mas não traz definição para indecente.

A definição sobre o que constitui indecência surgiu em *R. v. Stamford* (1972), decisão que deixa a definição de indecência para avaliação do tribunal do júri, de acordo com os padrões socioculturais de decência vigentes à época. Assim, o que constitui indecência para fins desta lei é mutável com as próprias flutuações de interpretação social.

Já em *R. v. Graham-Kerr* (1988), decidiu-se que a intenção do fotógrafo ou criador da imagem não importa em absoluto, pois a indecência da imagem é fator objetivo, decidido, como em *R. v. Stamford*, através dos padrões de propriedade socialmente aceitos.

Entretanto, deve-se provar que o autor teve intenção de criar ou possuir a imagem. O desconhecimento da posse ou o acaso da criação (ex., exposição acidental a imagens que foram gravadas em *cache*, imagem adquirida por meios automáticos como *web crawlers*) podem exculpar o autor desde que haja probabilidade real do não conhecimento. Exige-se pelo menos dolo eventual, podendo ser desculpável o descuido (ex., o autor não acreditava ser a imagem considerada indecente).

Também se deve levar em consideração a idade da criança em questão na decisão sobre a indecência de uma imagem, pois o comportamento aceitável como decente ou indecente não pode razoavelmente ser considerado o mesmo se a criança tem, por exemplo, 17 ou 13 anos, como decidido em *R. v Owen* (1988).

O desconhecimento da idade do sujeito apresentado na imagem não exculpa o autor da conduta se o júri decidir que a imagem pode ser razoavelmente considerada como representando um indivíduo dentro da definição de criança, atualmente até 18 anos. Não é necessária opinião técnica confirmando esta situação (*R. v. Land*, 1998).

Em 2003, a lei foi emendada pelo *Sexual Offences Act*, a fim de aumentar a idade da definição de ‘criança’ de 16 para 18 anos, em conformidade com os tratados vigentes.

Em 2008, a lei foi novamente alterada através do *Criminal Justice and Immigration Act* em sua Parte 5 – Lei Criminal de forma a incluir pseudofotografias, definidas como “uma imagem, feita por computador ou outro meio, que parece ser fotografia” (REINO UNIDO, 2008), limitando então a manipulações de imagens ou outras formas de realismo.

Esta alteração adequou a lei de 1978 às novas possibilidades tecnológicas surgidas então; também inclui o verbo *make*, visando alcançar a criação de material através do uso de computadores.

Já em 2009, a lei foi novamente alterada para incluir imagens de pessoas imaginárias (REINO UNIDO, 2009). Este estatuto, o *Coroners and Justice Act*, entrou em vigor em 2010.

A definição do verbo *make* (criar) inclui a mera visualização de imagens em tela de computador, com a filosofia que, ao gravar esta imagem em disco, cria-se uma nova cópia que previamente não existia. Esta linha de pensamento surgiu com R. v. Bowden em 1999.

Atualmente, excepciona-se a conduta de criação ou posse de pornografia infantil caso o agente encontre-se em relacionamento (namoro, noivado, casamento, união estável, etc.) com a ‘criança’ em questão, desde que esta seja maior de 16 anos, a idade de consentimento instituída nos países do Reino Unido. Excepciona-se também a posse para fins de investigação criminal, de acordo com R. v. Bowden (1999).

3.5 Estados Unidos

A primeira lei federal americana que combate a pornografia infantil foi editada em 1978, o *Sexual Exploiting of Children Act*, que proíbe a manufatura e distribuição de material obsceno contendo menores de 16 anos (WORTLEY; SMALLBONE, 2006).

Leis subsequentes que alteram esta idade para 18 anos, de acordo com a tendência mundial e as recomendações de organizações internacionais como a ONU e a UNICEF, embora a idade de consentimento para atividade sexual varie de estado para estado.

O discurso obsceno não constitui discurso protegido no ordenamento jurídico americano, de acordo com *Miller v. California* e decisões anteriores; entretanto, a pornografia adulta não considerada obscena é protegida pela cláusula de proteção à liberdade de expressão e pensamento e, portanto, legal. Esta decisão dá aos estados federados o poder de decidir o que configura obscenidade, de acordo com “o entendimento da comunidade contemporânea local” (ESTADOS UNIDOS, 1973). Assim, conteúdo considerado obsceno em um estado pode não o ser em outro.

Já a pornografia infantil é considerada inerentemente obscena, como decidido em *New York v. Ferber* (ESTADOS UNIDOS, 1982) e, portanto, não configura discurso protegido. O argumento usado é que a pornografia infantil é danosa ao desenvolvimento psíquico e físico do menor, que devem ser protegidos.

Em 1990, *Osborne v. Ohio* declarou ilegal a posse privada de pornografia infantil e a legislação deste estado constitucional, argumentando que a mera existência de material desta natureza constitui a continuação do abuso (ESTADOS UNIDOS, 1990).

Em 1996, a lei conhecida como *Child Pornography Prevention Act* tentou criminalizar a pornografia infantil virtual; esta proibição foi declarada inconstitucional pela decisão de *Ashcroft v. Free Speech Coalition* da Suprema Corte americana, que declara ser a proibição contida nesta lei uma violação a 1ª Emenda à Constituição Federal dos Estados Unidos, que garante a liberdade de expressão e pensamento (ESTADOS UNIDOS, 2002).

Seguindo as leis federais, diversos estados editaram leis próprias versando sobre o tema, aumentando a possibilidade de cooperação entre as polícias estadual e federal (WORTLEY; SMALLBONE, 2006).

Em 1998, entrou em vigor o *Child Protector and Sexual Predator Punishment Act*, que obriga os Provedores de Internet do país a denunciarem a existência material obsceno, sem, entretanto, obrigar a fiscalização do conteúdo ilegal.

Embora a decisão dada por *Ashcroft v. Free Speech Coalition* tenha descriminalizado a pornografia infantil virtual, em 2003 foi aprovado o PROTECT Act (Prosecutorial Remedies and Other Tools to end the Exploitation of Children Today) que novamente torna ilegal a pornografia infantil virtual, explicitando a necessidade de adequação aos princípios decididos em *Miller v. California*. Esta lei, ao contrário da anterior, é constitucional, de acordo com as decisões da Suprema Corte, pois contém uma definição específica o bastante sobre o que constitui crime, fator que levou à inconstitucionalidade de sua precedente.

Assim como na Austrália e no Canadá, já houve casos de persecução penal de indivíduos que transportavam materiais considerados obscenos na forma de mangás e animes importados do Japão.

Além desta medida, exige que indústrias de material adulto e pornográfico mantenham registros extensos sobre os profissionais que para ela trabalham, de forma a garantir a não participação de menores. Este regulamento está sendo contestado pela Free Speech Coalition, e, até o momento, foi considerado constitucional.

Por ser um país federado em que os estados têm grande autonomia, diversas tendências podem ser sentidas nos Estados Unidos sobre o tratamento da pornografia infantil. Provedores de Internet são legalmente obrigados a manter e entregar o cadastro de suspeitos

conhecidos para fins de investigação e a manter seus cadastros (WORTLEY; SMALLBONE, 2006), mas não há lei federal que obrigue a censura de sites reconhecidamente ilegais.

Assim como o Canadá, os Estados Unidos possui um canal de denúncias on-line próprio (www.cybertipline.com), sendo este em parceria com o FBI, e um registro de agressores sexuais, para fins de controle comunitário após o cumprimento da pena.

3.6 Brasil

Em 1990, quando da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pornografia infantil foi criminalizada no Art. 240, que constava como

Art. 240. Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracena com criança ou adolescente. (BRASIL, 1990)

Este artigo foi alterado pela Lei n. 10.764/2003, que inclui os termos “atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual” e expande a conduta de forma a incluir, além de pornografia, a exposição vexatória. Estende também a conduta para aqueles que o fazem no exercício profissional e para a obtenção de lucro ou vantagem.

Mais uma vez, através da Lei n. 11.829/2008, este artigo é alterado para sua redação atual, a saber:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento. (BRASIL, 2008)

A redação atual apresenta grande evolução sobre suas anteriores, em que leva em consideração a emergência de novas tecnologias, inclusive registros de computador (“registrar por qualquer meio”).

Enquanto o Art. 240 veda a produção de pornografia infantil (de criança ou adolescente), os artigos subsequentes vedam outras condutas associadas. Os Arts. 241 e 241-A incluem as condutas de vender, expor à venda, oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, ou seja, visam criminalizar o ato de distribuição de pornografia infantil. O Art. 241-A refere-se diretamente à Internet (‘sistema de informática ou telemático’) e foi incluso pela Lei n. 11.829/2008, bastante tarde em relação a outros países, inclusive os países estudados.

Interessantemente, o Art. 241-A, II, traz previsão para apenamento de provedores de hospedagem que não retirem o material após previamente notificados sobre sua existência, tornando-o cúmplice.

Como já dito, é praticamente impossível para um provedor de hospedagem saber sobre todos os conteúdos existentes em seu serviço, mas não é irrazoável exigir que, uma vez descoberto, este conteúdo seja eliminado. Esta provisão pode ser complicada para provedores localizados em outros países, com os quais o Brasil pode ou não ter contato diplomático.

Os artigos subsequentes – 241-B, C, D – expandem as condutas envolvidas em pornografia infantil, incluindo-se a posse (B), simulação com uso de fotografia ou imagem de menor (C) e aliciamento ou sedução de menor por meio de comunicação (D).

O artigo 241-E define pornografia como sendo “qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos sexuais de uma criança ou adolescente para fins primariamente sexuais” (BRASIL, 2008). Todos os crimes explicitados no Estatuto da Criança e do Adolescente incluem penas de reclusão e multa.

Embora os artigos apresentados incluam a expressão “qualquer forma de representação visual”, não há como saber se estas incluem efetivamente trabalhos artísticos,

mangás e cartuns não realísticos. Também notavelmente, ao contrário, por exemplo, do Canadá, não inclui representações na forma escrita ou aural.

O Estatuto define ‘criança’ como pessoa até doze anos incompletos e adolescente como pessoa entre doze e dezoito anos. Assim, está esta lei em conformidade com a tendência mundial de criminalizar pornografia representando menor de dezoito anos.

A lei brasileira não criminaliza, como no caso de alguns países, situações em que o indivíduo “aparenta ser” menor de idade (embora não o seja, configurando o *barely legal* mencionado no capítulo anterior), o que pode ser considerado uma evolução sobre outras legislações.

Não há provisão explícita no Estatuto sobre situações em que a lei não se aplicaria e o entendimento é que mesmo menor comete ato infracional ao expor imagens de outro menor, ao contrário do previsto, por exemplo, nas leis britânicas. A única exceção aberta é para a exposição não intencional e com fim de alertar as autoridades e a autoexposição pelo próprio menor.

De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a consumação do crime se dá no ato de lançar as imagens proibidas na rede, sendo a jurisdição competente aquela em que o usuário-acusado se encontra no momento do cometimento do crime. É irrelevante, para fins de persecução penal de quem criou e publicou as imagens, a localização do provedor.

Por diversas vezes foi discutida a questão de competência para julgar de crimes dos Arts. 241 fazendo uso da Internet; o entendimento geral parece ser que a competência é federal quando, uma vez disponibilizado na Internet, o material foi visto fora das fronteiras do país, o que atrai a competência federal. Quando não houve acesso do exterior, a competência é estadual.

Assim, seria caso de competência estadual quando, por exemplo, há conexões ponto a ponto, quando o material proibido é disponibilizado via e-mail, quando o site é de acesso restrito a pessoas brasileiras, etc..

Não aconteceu no Brasil caso em que a constitucionalidade da proibição é discutida, como em outros países. A aplicação destes dispositivos a desenhos, ilustrações e outros materiais claramente fictícios ainda não foi discutida em âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Não existe, no Brasil, projeto de censura de sites de pornografia infantil e pedofilia, nem há movimentos neste sentido, embora seja exigível por lei que provedores de hospedagem removam o conteúdo afetado de seus serviços e que forneçam informações a respeito daqueles que acessaram o conteúdo impróprio.

De forma similar aos *tiplines* canadense e americano, também no Brasil há canais de denúncia apropriados, como o Disque 100 federal e o próprio site da Polícia Federal.

Agindo em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público, a organização não governamental SaferNet, fundada em 2005, recebe denúncias de crimes virtuais, entre eles a pedofilia e pornografia infantil, sendo que esta última constituiu 48% das denúncias recebidas em Setembro de 2010, equivalente a 2222 denúncias únicas neste período (SAFERNET, 2010).

De acordo com dados fornecidos por esta instituição em seu site, a grande maioria das denúncias vem do site de relacionamentos Orkut, extremamente popular no Brasil. A pornografia infantil é consistentemente o crime mais reportado a este site.

A Polícia Federal brasileira tem diversas iniciativas inovadoras na investigação de pornografia infantil, além do canal de denúncias próprio para crimes digitais. Uma das ferramentas usadas é o EspiaMule, sistema que faz busca na rede de compartilhamento de arquivos ponto a ponto eMule, localizando e identificando dados de usuários deste sistema através de informação única gerada quando da instalação e acesso deste sistema (*hash*) (OLIVEIRA; SILVA, 2009).

Esta ferramenta foi utilizada na Operação Tapete Persa, deflagrada em 2010, para rastrear usuários que trocavam arquivos de pornografia infantil. A ferramenta será compartilhada com a Interpol.

Há também ferramentas que identificam a assinatura digital de imagens de pornografia infantil reconhecidas, de forma a facilitar a perícia de computadores suspeitos, e ferramenta usada para resgatar o conteúdo de conversas de MSN (*Microsoft Instant Messenger*).

Todas estas iniciativas, que em muito facilitam a investigação de crimes de alta tecnologia e, principalmente, de pornografia infantil, geralmente realizados através de métodos mais privados que simplesmente a *World Wide Web*.

3.7 Comunidade internacional e iniciativa privada

A exploração sexual de menores é uma preocupação que transcende os interesses e reservas nacionais; da mesma forma, também o é o crescimento contínuo das tecnologias da informação e, portanto, dos cibercrimes associados.

Linhas de tráfico de crianças, pornografia infantil disseminada por redes de pedofilia que atravessam fronteiras, casos de *cyberstalking* e turismo sexual se entrelaçam com a visão sociocultural da infância e juventude, as disparidades econômicas e tecnológicas, os interesses políticos das nações envolvidas, o crime organizado. Todos estes fatores dificultam o combate a essas práticas e exigem uma forma de harmonização.

São as organizações internacionais e diferentes instituições, governamentais ou não, que procuram esta colaboração e, muitas vezes, forçam países a alterarem suas legislações e criarem políticas públicas a fim de adequarem-se a tratados, convenções e acordos internacionais.

As principais iniciativas vêm da Organização das Nações Unidas, que, em 1989, editou a Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990; posteriormente, dois Protocolos Facultativos foram editados, sendo um deles a respeito da prostituição e pornografia infantis (2002), também ratificado pelo Brasil. O Brasil também foi sede do 3º Congresso de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no Rio de Janeiro em 2008.

A Convenção dos Direitos da Criança foi o primeiro tratado legalmente vinculante que percorre todos os direitos humanos – sociais, culturais, políticos, econômicos (UNICEF, 2008). Conta atualmente com 140 signatários e 193 partes.

Este tratado demanda, em seu Artigo 34, que as Partes tomem as medidas necessárias para proteger as crianças (aqui definidas como menores de 18 anos) de atividades sexuais ilegais, incluindo prostituição e participação em pornografia infantil (ONU, 1989).

Já o Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, que entrou em vigor em 2002, traz guias mais específicas sobre o tema, incluindo definição de pornografia infantil para fins deste protocolo.

Também o Conselho Europeu trouxe convenções a respeito de cibercrimes e pornografia infantil, de forma a unificar o tema em seus países membros e países que, mesmo não pertencentes à UE.

Uma das mais relevantes, a Convenção sobre Cibercrimes ou Convenção de Budapeste, que entrou em vigor em 2004, conta atualmente com 29 ratificações e 17 assinaturas, incluindo de países não pertencentes à União Europeia. Este foi o primeiro tratado internacional a lidar com o tema cibercrimes e inclui, entre as ofensas listadas, a ofensa de pornografia infantil em seu Artigo 9.

Este Conselho também celebrou a Convenção sobre a proteção de crianças contra exploração e abuso sexuais, que entrou em vigor em 2010 e conta com 9 ratificações e 32 assinaturas ainda não ratificadas.

Além de convenções, acordos e tratados, a comunidade internacional também participa ao gerar seminários, congressos e encontros internacionais de onde surgem compromissos, estudos e recomendações a respeito do tema, que posteriormente influenciam a criação de novas leis, tratados e políticas, e também na própria investigação destes crimes, através da INTERPOL (*International Criminal Police Organization*).

Esta organização, criada em 1923 e com 188 países membros, possui órgão específico de combate a crimes contra a criança, inclusive mantendo um banco de dados de imagens de abuso sexual, a fim de facilitar o trabalho de polícias internacionais na investigação de crimes.

De forma similar, a CIRCAMP (*Cospol Internet Related Child Abusive Material Project*) é uma plataforma cooperativa, coordenada pela Noruega e Reino Unido, da qual participam a França, Holanda, Bélgica, Espanha, Malta, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Polônia, Itália e Alemanha, com o objetivo de detectar e dismantelar organizações responsáveis pela produção e distribuição de materiais de abuso sexual infantil.

A CIRCAMP colabora com a Interpol e Europol e fornece dados para qualquer polícia do mundo que precise de sua colaboração. Produz, inclusive, lista de domínios passíveis de serem bloqueados por conter material de abuso sexual de crianças.

No mesmo espírito, a Virtual Global Taskforce é também um projeto cooperativo que tem como objetivo identificar e resgatar crianças que se encontram em risco e são abusadas sexualmente, combatendo a pornografia infantil na Internet. Esta agência é responsável pela Operação PIN, lançada em 2003, que cria um *honey pot* (site falso) com o

objetivo de identificar pessoas que tentaram acessar o suposto material ilegal. Esta operação inclui diversos países, incluindo os Emirados Árabes Unidos e a Nova Zelândia.

A iniciativa privada também tem sua participação. Empresas no ramo da tecnologia, principalmente provedores de acesso a Internet e provedores de hospedagem, têm iniciativas próprias de autoregulação da indústria, de forma a combater a pedofilia que transita neste meio.

De acordo com Akdeniz (2008), a maior vantagem desta perspectiva é o conhecimento que a indústria tem sobre si mesma. Evita-se que leis e políticas por demasiado impráticas, amplas ou inadequadas dificultem os serviços prestados ou causem danos econômicos àqueles que devem segui-las, quando não se tornam completamente ineficazes.

De forma similar, a co-regulação por parte do governo e da indústria oferece um equilíbrio maior, harmonizando os interesses econômicos e o conhecimento técnico destes com a autoridade inerente àqueles.

Algumas iniciativas de co-regulação incluem a Internet Watch Foundation, inglesa, que fornece lista a provedores de Internet contendo sites reconhecidamente fontes de pornografia infantil, deixando a estes a iniciativa de bloquear ou não o acesso. Já nos Estados Unidos, a Cyber Tipline foi responsável por centenas de denúncias.

A nível internacional, há a INHOPE, Internet Hotlines Providers in Europe, que, apesar do no nome inclui hotlines de diversos outros países, inclusive Estados Unidos e Canadá.

Uma das principais preocupações referentes a *hotlines* é a violação do devido processo legal, posto que os operadores destas linhas não têm competência, autorização nem treinamento jurídico-legal para decidir sobre o que é legal e o que não é (STROSSEN, 1999, *apud* AKDENIZ, 2008, p. 265).

Assim, percebe-se que há compromisso internacional no sentido de reprimir a existência de pornografia infantil, tanto fora quanto dentro dos ambientes informáticos.

CONCLUSÃO

A espécie humana, desde sua origem, traz consigo uma profunda ligação com a tecnologia, em grande parte responsável por sua própria sobrevivência. Somos uma espécie primariamente tecnológica, em todos os sentidos.

Assim como a agricultura revolucionou a sociedade humana e tornou-nos gregários e territoriais; assim como a Revolução Industrial alterou a economia, a geografia demográfica e a sociedade; também a revolução tecnológica surgida no século XX trouxe consequências.

O simultâneo estreitamento e afastamento da interação humana, a emergência de vocabulário, cultura e manifestações artísticas próprias, profundamente alteradas pela Internet, novas tecnologias, pelo constante fluxo de informação, em quantidade e velocidade sem precedentes históricos, até o momento, alterou o consciente sociocultural humano.

E, como em todas estas revoluções, também o crime penetra esta nova esfera da realidade humana.

O abuso sexual de menores e, por extensão, a pornografia infantil acompanha a humanidade ao longo de sua história. Não há como dizermos que é algo novo, fenômeno recente, consequência da sociedade moderna: a história nos mostra um cenário diferente.

Ao contrário, é a luta contra sua existência que é relativamente recente, como visto ao longo deste trabalho. O tema não surgiu agora, apenas veio à tona.

Se tecnologia facilita a interação humana, inclusive a interação criminosa, pode (e deve) ser usada para o combate ao crime, organizado ou não, e proteção às vítimas, existentes e em potencial.

A pornografia infantil encontrou na Internet um meio relativamente seguro e muito vasto onde florescer. Agora, está a cargo dos países decidir o que fazer para combater este fenômeno – que é tão veloz e ágil quanto o próprio desenvolvimento tecnológico, e muito mais rápido que os governos.

Conforme vimos ao longo deste trabalho, estes trabalhos já existem, mas nem sempre pacificamente e nem sempre de forma adequada à realidade sociotecnológica existente.

E, naturalmente, é necessária cautela. Cautela, para que as medidas tomadas não tragam prejuízos no longo prazo; cautela, para que não sejam tão amplas que deem origem a

abusos; mas também não tão limitada que se tornem inúteis. É preciso a conscientização social, política, e até econômica, entre as partes envolvidas.

A colaboração torna-se indispensável. Se a Internet traz um enorme fluxo de informação, também borra as fronteiras nacionais existentes e obriga os países a comunicarem-se, a interagir em conjunto, e a operarem em harmonia.

Que a pornografia infantil traz prejuízos concretos às suas vítimas não há dúvida. Há especialistas que se referem a esta como *imagens de abuso sexual infantil*. E na grande maioria das vezes realmente o são.

Mas o que fazer em casos onde não há vítimas aparentes, como em mangás, ilustrações, pinturas? Serão estes realmente prejudiciais? Qual deverá ser o limite entre a liberdade de expressão e pensamento e a proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes? Deixamos estas perguntas como inspiração para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, A. A. *Virtual sex with child avatars*. In: WANKEL, C.; MALLECK, S. (Orgs). *Emerging ethical issues of life in virtual worlds*. Charlotte: Information Age Publishing, Inc., 2009, p. 55-72.
- AKDENIZ, Y. *Internet child pornography and the law: national and international responses*. Hampshire: Ashgate Publishing Ltd., 2008.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 4a edição, texto revisado. Washington: American Psychiatric Association, 2000.
- ANGELIDES, S. Historicizing affect, psychoanalyzing history: pedophilia and the discourse of child sexuality. *Journal of Homosexuality*, vol. 46, jan/fev. Haworth Press, 2003. Disponível em: <<http://arts.monash.edu/womens-studies/staff/documents/affect.pdf>>. Acessado em: 3 Set. 2010.
- BLANCHARD, R. The DSM diagnostic criteria for pedophilia. *Archives of Sexual Behavior*, vol. 39, n. 2, p. 304-316. Springer Netherlands, 2009. Disponível em <http://teventerprises.com/uploads/Blanchard_DSM_Pedophilia_1_.pdf>. Acessado em: 12 Set. 2010.
- BONIN, R. Operação Tapete Persa prende 20 por pedofilia, diz PF. *GI*, Brasília, 27 de Julho, 2007. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/07/operacao-tapete-persa-prende-20-por-abuso-sexual-e-pedofilia-diz-pf.html>>. Acessado em 1 Dez. 2010.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069. 13 de Julho de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acessado em 26 Out. 2010.
- BRASIL. *Lei n. 10.764*. 12 de Novembro de 2003. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.764.htm>>. Acessado em 26 Out. 2010.
- BRASIL. *Lei n. 11.829*. 25 de Novembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm>. Acessado em 26 Out. 2010.
- BRIERE, J.; RUNTZ, M. University males' sexual interest in children: predicting potential indices of "pedophilia" in a nonforensic sample. *Child abuse & Neglect*, vol. 13, p. 65-75. Pergamon Press, 1989. Disponível em: <<http://www.web.uvic.ca/psyc/runtz/CANpaper1989.pdf>>. Acessado em: 10 Set. 2010.
- BURNS, J. M.; SWERDLOW, R. H. Right orbitofrontal tumor with pedophilia symptom and constructional apraxia signs. *Archives of Neurology*, vol. 60, n. 3, mar., p. 437-440. American Medical Association, 2003. Disponível em: <<http://www.ahealthymind.org/ans/library/right%20OFC%20pedophile.pdf>>. Acessado em: 8 Set. 2010.
- CANADÁ. Criminal Code, R.S.C, 1985, C-46. Disponível em <<http://laws.justice.gc.ca/eng/C-46/index.html>>. Acessado em 19 Out. 2010.

CANADÁ. Criminal Law Amendment Act, 23 de Julho de 2002. Disponível em <http://www2.parl.gc.ca/Sites/LOP/LegislativeSummaries/Bills_ls.asp?Parl=37&Ses=1&ls=C15A>. Acessado em 23 Out. 2010.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA DO BRASIL. *Cartilha de Segurança – Glossário*. Disponível em <<http://cartilha.cert.br/glossario/>>. Acessado em 01 Dez. 2010.

DIAMOND, M. The effects of pornography: an international perspective. In: ELIAS, J. et al. *Porn 101: eroticism, pornography and the First Amendment*. [S.I.]: Prometheus Press, 1999. Disponível em <<http://www.hawaii.edu/PCSS/biblio/articles/1961to1999/1999-effects-of-pornography.html>>. Acessado em 20 Out. 2010.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte dos Estados Unidos. Ashcroft et al. v. Free Speech Coalition et al. 16 Abr. 2002. Disponível em <<http://www.law.cornell.edu/supct/html/00-795.ZS.html>>. Acessado em 24 Out. 2010.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte dos Estados Unidos. Miller v. California. 21 Jun. 1972. Disponível em <http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/printer_friendly.pl?page=us/413/15.html>. Acessado em 24 Out. 2010.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte dos Estados Unidos. New York v. Ferber. 2 Jul. 1982. Disponível em <<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=458&invol=747>>. Acessado em 24 Out. 2010.

FELICIANO, G. G. *Informática e criminalidade: primeiras linhas*. Ribeirão Preto: Nacional do Direito, 2001.

FILKELHOR, D.; BROWNE, A. The traumatic impact of child sexual abuse: a conceptualization. *American Journal of Orthopsychiatry*, vol. 55, n. 4, out., p. 530-541. Blackwell Publishing Ltda., 1985. Disponível em <<http://www.survivorscotland.org.uk/downloads/files/Finkelhor%20traumatic%20impact%20on%20children.pdf>>. Acessado em 19 Set. 2010.

FOREL, A. Sexual appetite for children (pederose). In: _____. *The sexual question: a scientific, psychological, hygienic and sociological study for the cultured classes*. Nova Iorque: Rebman Company, 1908. Disponível em <<http://www.archive.org/details/sexualquestionsc00foreuoft>>. Acessado em: 13 Ago. 2010.

GALBRAITH, P. W. Innocence lost: the dark side of Akihabara. *Metropolis Magazine*, Tokyo, 28 Aug. 2009. Disponível em <<http://archive.metropolis.co.jp/tokyo/797/pop.asp>>. Acessado em 15 Out. 2010.

GRAHAM, I. *Australia's Internet censorship system*. Brisbane, 2010. Disponível em <<http://libertus.net/censor/netcensor.html>>. Acessado em 25 Out. 2010.

GRAHAM, W. R. Jr. Uncovering and eliminating child pornography rings on the Internet: issues regarding and avenues facilitating law enforcement's access to Wonderland. *The Law Review of Michigan State University – Detroit College of Law*, p. 457-484. 2000. Disponível

em <http://www.popcenter.org/problems/child_pornography/PDFs/Graham_2000.pdf>. Acessado em 6 Out. 2010.

GREEN, R. Is pedophilia a mental disorder? *Archives of Sexual Behavior*, vol. 31, n. 6. Plenum Publishing Corporation, 2002. Disponível em: <<http://www.taasa.org/library/pdfs/TAASALibrary85.pdf>>. Acessado em 9 Set. 2010.

GRIFFITH, G.; SIMON, K. *Child pornography law*. New South Wales Parliamentary Library Research Service, 2008.

HONGO, J. Child porn scantily disguised as art? Photos of preteen girls in thongs now big business. *The Japan Times*, Tokyo, 3 de Maio, 2007. Disponível em <<http://search.japantimes.co.jp/cgi-bin/nn20070503f1.html>>. Acessado em 15 Out. 2010.

JAPÃO. Código Penal. Lei n. 45 de 24 de Abril de 1907. Disponível em <http://www.japaneselawtranslation.go.jp/law/detail_main?re=01&vm=03&id=3>. Acessado em 15 Out. 2010.

JAPÃO. Lei do Bem-Estar Infantil. Lei n. 164 de 12 de Dezembro de 1947. Disponível em <http://www.japaneselawtranslation.go.jp/law/detail_main?re=01&vm=03&id=11>. Acessado em 15 Out. 2010.

JAPÃO. Lei sobre a punição de atividades relativas à Prostituição Infantil e Pornografia Infantil e de Proteção à Criança. Lei n. 52 de 26 de Maio de 1999. Disponível em <http://www.japaneselawtranslation.go.jp/law/detail_main/?printID=&ky=work&re=02&page=18&vm=03&id=100>. Acessado em 15 Out. 2010.

JENKINS, P. *Beyond tolerance: child pornography and the Internet*. Nova Iorque: New York University Press, 2003.

KRAFFT-EBING, R. v. Violation of individuals under the age of fourteen. In: _____. *Psychopathia sexualis with special reference to the antipathic sexual instinct: a medical-forensic study*. Nova Iorque: Rebman Company, [1908?]. Disponível em <<http://www.archive.org/details/psychopathiasexu00krafuoft>>. Acessado em: 13 Ago. 2010.

KRONE, T. International police operations against online child pornography. *Trends & issues in crime and criminal justice*, no. 296. Canberra: Australian Institute of Criminology, 2005. Disponível em <<http://www.aic.gov.au/publications/current%20series/tandi/281-300/tandi296.aspx>>. Acessado em 5 Out. 2010.

LANDINI, T. S. A pornografia infantil na Internet: uma perspectiva sociológica. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (orgs). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões sociológicas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 165-182.

LANDINI, T. S. *Horror, honra e direitos: violência sexual contra adolescentes no século XX*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11012006-194947/>>. Acessado em 9 Set. 2010.

LANNING, K. v.; BURGESS, A. W. *Child pornography and sex rings*. In: ZILLMAN, D.; BRYANT, J. (Ed.). *Pornography: research advances & policy considerations*. Hillsdale: Lawrence Earlbaum Associates, Inc., 1989.

MCLELLAND, M. J. Australia's proposed internet filtering system: its implications for animation, comic and gaming (ACG) and slash fan communities. *Media International Australia*, vol. 134, p. 7-19, fev. University of Queensland, 2010. Disponível em: <<http://www.emsah.uq.edu.au/mia/issues/mia134.html#mclelland>>. Acessado em: 25 Out. 2010.

MENDEZ, M. F., et al. Pedophilia and temporal lobe disturbances. *The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neurosciences*, vol. 12, p. 71-76. American Psychiatric Press, 2000. Disponível em: <<http://neuro.psychiatryonline.org/cgi/reprint/12/1/71>>. Acessado em: 8 Set. 2010.

MUIR, D. *Violence against children in cyberspace*. Estudo produzido para a organização ECPAT International. Bangkok: ECPAT International, 2005. Disponível em <http://www.ecpat.net/EI/Publications/ICT/Cyberspace_ENG.pdf>. Acessado em 10 Out. 2010.

NENO, M. Polícia pede dados de internautas que viram vídeo de sexo entre menores. *GI*, Rio de Janeiro, 29 de Jul. 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/07/policia-pede-dados-de-internautas-que-baixaram-video-de-sexo-com-menores.html>>. Acessado em 26 Set. 2010.

NOVA GALES DO SUL. Suprema Corte de Nova Gales do Sul. *McEwens v. Simmons & Anon*. 8 Dez. 2008. Disponível em <<http://www.lawlink.nsw.gov.au/scjudgments/2008nswsc.nsf/6ccf7431c546464bca2570e6001a45d2/ef4625a9db3003f1ca25751500066d48?OpenDocument>>. Acessado em 25 Out. 2010.

OLIVEIRA, J. R. S.; SILVA, E. E. EspiaMule e Wyoming Toolkit: ferramentas de repressão à exploração sexual infanto-juvenil em redes *peer-to-peer*. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF FORENSIC COMPUTER SCIENCE, 4, 2009. Natal, Brasil. *Anais...* Natal: Associação Brasileira de Especialistas em Alta Tecnologia, 2009. p. 108-113. Disponível em <<http://www.icofcs.org/2009/ICoFCS2009-PP14.pdf>>. Acessado em 13 Out. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova Iorque, 1989. Disponível em <<http://www2.ohchr.org/english/law/crc.htm>>. Acessado em 28 Out. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. Nova Iorque, 2000. Disponível em <http://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_venda_de_crianças.pdf>. Acessado em 15 Out. 2010.

REINO UNIDO. *Coroners and Justice Act*. 12 de Novembro de 2009. Disponível em <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2009/25/contents>>. Acessado em 26 Out. 2010.

REINO UNIDO. *Criminal Justice and Immigration Act*. 8 de Maio de 2008. Disponível em <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2008/4/contents>>. Acessado em 26 Out. 2010.

REINO UNIDO. Tribunal de Recursos. Regina v. Graham-Kerr. 28 Jun. 1988. Disponível em <http://www.inquisition21.com/pca_1978/reference/grahamKerr.html>. Acessado em 26 Out. 2010.

REINO UNIDO. Tribunal de Recursos. Regina v. Stamford. 29 Fev. 1972. Disponível em <http://www.inquisition21.com/pca_1978/reference/RvStamford/index.html>. Acessado em 26 Out. 2010.

SAFERNET. *Indicadores*. Disponível em <<http://www.safernet.org.br/site/indicadores>>. Acessado em 28 Out. 2010.

SETO, M.; CANTOR, J.; BLANCHARD, R. Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. *Journal of Abnormal Psychology*, vol. 115, n. 3, p. 610-615. American Psychological Association, 2006. Disponível em: <<http://skyhigh44ca.tripod.com/child-porn-pedophilia.pdf>>. Acessado em: 10 Set. 2010.

SHIGEMATSU, S. *Dimensions of desire: sex, fantasy and fetish in japanese comics*. In: LENT, J. A. (Ed.). *Themes and issues in Asian cartooning: cute, cheap, mad and sexy*. [S.I]: Bowling Green State University Popular Press, 1999.

SMITH, R. G. Impediments to the successful investigation of transnational high tech crime. *Trends & issues in crime and criminal justice*, no. 285. Canberra: Australian Institute of Criminology, 2004. Disponível em <<http://www.aic.gov.au/publications/current%20series/tandi/281-300/tandi285.aspx>>. Acessado em 5 Out. 2010.

STEEL, C. M. S. Child pornography in *peer-to-peer* networks. *Child Abuse and Neglect*, vol. 33, n. 8, p. 560-568, ago. Elsevier Ltd., 2009. Disponível em: <http://raimundosocorro.net/uploads/Child_Pornography_in_peer_to_peer_networks.pdf>. Acessado em: 25 Out. 2010.

TAYLOR, M.; QUAYLE, E.; HOLLAND, G. Child pornography, Internet and offending. *The Canadian Journal of Policy Research*, vol. 4, n. 5. L'es Presses de l'Université de Montréal, 2001, p. 94-100. Disponível em <<http://www.ucc.ie/en/equayle/Publishedmaterials/Papers/DocumentFile,46710,en.pdf>>. Acessado em 29 Set. 2010.

TAYLOR, M.; QUAYLE, E. *Child pornography: an Internet crime*. Hove: Psychology Press, 2003.

THOMPSON, G. Automatic detection of child pornography: a research in progress. In: AUSTRALIAN DIGITAL FORENSICS CONFERENCE, 7, 2009. Perth, Australia Ocidental. *Anais...* Perth: Security Research Centre, 2009. p. 1-6. Disponível em <<http://igneous.scis.ecu.edu.au/proceedings/2009/forensics/ADFCProceedings.pdf#page=5>>. Acessado em 13 Out. 2010.

TRINDADE, J.; BREIER, R. *Pedofilia – aspectos psicológicos e penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

UNITED FOR CHILDREN (UNICEF). *Child rights advocates seek to strengthen laws against child pornography in Japan*. Tokyo, Japão, 31 de Março de 2010. Disponível em <http://www.unicef.org/infobycountry/japan_53219.html>. Acessado em 15 Out. 2010.

UNITED FOR CHILDREN (UNICEF). *Convention on the Rights of the Child*. 26 de Agosto de 2008. Disponível em < <http://www.unicef.org/crc/>>. Acessado em 28 Out. 2010.

WORTLEY, R.; SMALLBONE, S. Child pornography and the Internet. *Problem-Oriented Guides for Police Problem-Specific Guides Series*, no. 41. [S.I.]: U.S. Department of Justice, Maio de 2006. Disponível em < <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.160.1337&rep=rep1&type=pdf>>. Acessado em 5 Out. 2010.